

ESTATUTO

Esta versão do Estatuto, elaborada pela Comissão de Revisão Estatutária designada pela Diretoria Nacional em sua 453ª Reunião de 28.09.12, foi aprovada pelo Conselho Diretor na 169ª Reunião Ordinária de 27.11.12 e referendada pela Assembléia Geral Extraordinária dos associados, realizada em Vitória - ES no dia 27 de novembro de 2012.

SUMÁRIO

TÍTULO I	Artigos	TÍTULO V	Artigos
Da Denominação, Objeto, Foro e Duração	1 ao 7	Das Eleições	61 ao 71
TÍTULO II		TÍTULO VI	
Do Quadro Social	8 ao 11	Do Regime Econômico-Financeiro	72 ao 78
TÍTULO III		TÍTULO VII	
Da Organização	12 ao 49	Disposições Gerais	79 ao 88
CAPÍTULO I		CAPÍTULO I	
Da Direção Nacional	13	Dos Congressos, Seminários e Encontros	79 ao 81
Da Assembléia Geral	14 ao 16	CAPÍTULO II	
Do Conselho Diretor	17 ao 19	Das Publicações	82
Do Conselho Fiscal	20 e 21	CAPÍTULO III	
Da Diretoria Nacional	22 ao 33	Dos Prêmios	83 ao 85
CAPÍTULO II		CAPÍTULO IV	
Das Seções Estaduais	34 ao 36	Disposições Gerais	
Da Assembléia Estadual	37 e 38	Da Representação no Sistema Confea/CREA	86 ao 89
Do Conselho Consultivo Estadual	39 ao 41	CAPÍTULO V	
Do Conselho Fiscal Estadual	42 e 43	Da Dissolução	90
Da Diretoria da Seção Estadual	44 e 45	CAPÍTULO VI	
Das Subseções	46	Do Estatuto	91 e 92
CAPÍTULO III		TÍTULO VIII	
Dos Mandatos, Da Acumulação e da Remuneração	47 ao 49	Disposições Transitórias	93
TÍTULO IV			
Da Filiação, Direitos, Deveres e do Desligamento dos Associados	50 ao 60		

2. 1. 1. 1.

[illegible]

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que se rege pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A ABES tem por missão a excelência nas atividades técnicas, científicas, político-institucionais e gerenciais que contribuam para o desenvolvimento do saneamento da engenharia sanitária e ambiental visando a qualidade de vida da sociedade, mediante:

- A promoção de programas e atividades de fomento à tecnologia e a pesquisas setoriais;
- A promoção do intercâmbio entre profissionais, entidades, órgãos públicos e privados do Setor, no Brasil e no exterior;
- A discussão, em instâncias apropriadas, das posições político-institucionais da área de Saneamento e Meio Ambiente;
- A promoção e a colaboração para a formação e desenvolvimento dos recursos humanos que atuam no Setor;
- A divulgação de informações relacionadas com a Engenharia Sanitária e Ambiental;
- A prestação de serviços técnicos especializados aos seus associados, desde que relacionados à missão da ABES;
- Podendo a Diretoria Nacional ajuizar Ação Civil Pública para a defesa do meio ambiente, dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos

Parágrafo Único - Na condução de seu objeto social a ABES observará os seguintes princípios:

- Valorização do associado;
- Ética nas relações;
- Transparência;
- Comprometimento;
- Voluntariado.

Artigo 3º - A ABES integra a Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental - AiDIS - como Capítulo Nacional que representa o Brasil na estrutura organizacional dessa Associação.

Parágrafo Único - É assegurada a todos os associados da ABES a condição de associados Vinculados, Individuais ou Coletivos da AiDIS, de acordo com o Estatuto dessa Associação.

Artigo 4º - A ABES não participará de atividades político-partidárias, nem as permitirá, na sua sede ou em seu nome, a seus associados ou terceiros.

Artigo 5º - A ABES poderá filiar-se a entidades técnicas ou científicas, ligadas, direta ou indiretamente, à Engenharia Sanitária e Ambiental.

Artigo 6º - A ABES tem sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, Avenida Beira-Mar, 216 - 13º Andar.

Artigo 7º - O prazo de duração da ABES é indeterminado.

TÍTULO II

DO QUADRO SOCIAL

Artigo 8º - Podem fazer parte do quadro social da ABES, as pessoas físicas e jurídicas interessadas nas atividades relacionadas com a Engenharia Sanitária e Ambiental.

Artigo 9º - Os associados da ABES são classificados nas seguintes categorias:

a) Pessoas físicas

- Efetivos-Individuais
- Filiais
- Estudantes

Handwritten signature

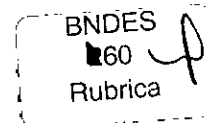
[illegible]

- Correspondentes-Individuais

b) Pessoas jurídicas

- Efetivos-Coletivos

- Correspondentes-Coletivos



§ 1º - Podem ser associados **Efetivos-Individuais** os profissionais de nível superior;

§ 2º - Podem ser associados **Filiados** os técnicos de nível médio;

§ 3º - Podem ser associados **Estudantes** os alunos de escolas de nível superior e de escolas técnicas de nível médio, os quais deverão comprovar anualmente a condição de estudante através de declaração emitida pela respectiva instituição de ensino.

§ 4º - Podem ser associados **Correspondentes-Individuais** os profissionais de nível superior de quaisquer nacionalidades, não residentes no País.

§ 5º - Podem ser associados **Efetivos Coletivos** as entidades públicas ou privadas que contribuam anualmente com quantia fixada em função do seu capital social, do patrimônio líquido ou de outro parâmetro que defina o seu porte;

§ 6º - Podem ser associados **Correspondentes Coletivos** as entidades públicas ou privadas, não estabelecidas no País.

§ 7º - Os associados **Efetivos-Coletivos** quando se tratar de departamentos das instituições de Ensino Superior e/ou de Cursos Profissionalizantes, que possuam em seu currículo disciplina ligada ao Saneamento ou ao Meio Ambiente, pagarão anuidade equivalente à de associado **Efetivo-Individual**, compelindo-lhes apenas, os direitos conferidos nas alíneas d, e, f, e h do Artigo 54.

§ 8º - Todos os associados e funcionários da ABES deverão aderir ao Código de Ética da Associação.

Artigo 10º - São titulados como associados **Fundadores** os que tenham sido admitidos como associados da ABES até o dia 30 de junho de 1966, bem como os associados da Seção Brasileira da Associação Interamericana de Engenharia Sanitária - AIDIS e da Associação Brasileira de Engenharia de Saneamento - ABES, naquela data.

Artigo 11º - São titulados como associados **Beneméritos** aqueles a quem essa dignidade seja conferida por serviços relevantes prestados à Engenharia Sanitária e Ambiental, à causa da Saúde Pública, à AIDIS ou a própria ABES.

Parágrafo Único - Os associados de quaisquer categorias podem receber o título de **Benemérito** sem prejuízo das suas qualidades anteriores.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 12º - Para o cumprimento de suas finalidades, a ABES se organiza através de uma Direção Nacional e de tantas Seções Estaduais quantas forem as Unidades da Federação.

CAPÍTULO I

Da Direção Nacional

Artigo 13º - Em nível nacional, a ABES tem a seguinte organização.

1) Órgãos de Deliberação

- 1.1 - Assembleia Geral
- 1.2 - Conselho Diretor

2) Órgão de Fiscalização

- 2.1 - Conselho Fiscal

3) Órgão de Administração

- 3.1 - Diretoria Nacional

Handwritten signature

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel
original que foi apresentado. Cod: X00098097201. Conf: por: 21/07/2014
Rio de Janeiro, 04 de julho de 2014.

Rosângela Maria Ferreira - Aut.
EAGL-95545 YRR Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
Rosângela Maria
Ferreira
Escrivente
CAD/CGJ nº 94.000
8.000.000.000

507-13-FUNDOS : 1.53
Total : 5.86

Da Assembleia Geral

Artigo 14º - A Assembleia Geral, órgão máximo da ABES, é constituída pelos associados que dela tenham direito a participar, e reunir-se-á e deliberará na forma deste Estatuto:

a) Ordinariamente, até o final do mês de julho de cada ano, para examinar, discutir e votar o relatório, contas e balanço geral do exercício anterior e, a cada 2 (dois) anos, para dar posse aos membros do Conselho Diretor, do Conselho Fiscal e da Diretoria Nacional, sufragados em eleição geral;

b) Ordinariamente, por ocasião da realização dos Congressos Brasileiros de Engenharia Sanitária e Ambiental, independentemente da reunião estabelecida na Alínea "a";

c) Extraordinariamente quando convocada para decidir, exclusivamente, sobre as matérias determinadas na convocação e constantes do respectivo edital;

§ 1º - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada em qualquer época do ano, sempre que o requererem por 2/3 (dois terços) dos seus membros, o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal ou a Diretoria Nacional, ou ainda 1/5 (um quinto) dos associados quites com a ABES.

§ 2º - A convocação da Assembleia Geral será feita através de edital, publicado nos meios de comunicação interna da ABES e/ou por meio eletrônico, com menção ao local, dia e hora, e antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

Artigo 15º - A Assembleia Geral instalar-se-á com a presença da maioria dos associados com direito a voto, em primeira convocação. Uma hora (1h) após a primeira convocação, caso não tenha sido alcançado o quorum retro citado, a Assembleia Geral será instalada com o número mínimo de 50 (cinquenta) associados presentes.

Artigo 16º - A Assembleia Geral decidirá pelo sufrágio da maioria simples dos associados presentes com direito a voto, vedado o voto por procuração.

Do Conselho Diretor

Artigo 17º - O Conselho Diretor é integrado, exclusivamente, por associados **Efetivos-Individuais**, que tenham pelo menos 3 (três) anos de filiação à ABES, e obedecendo à seguinte composição:

a) Membros Natos

a.1 - Os ex-presidentes da Diretoria Nacional da ABES;

a.2 - Os associados da ABES que tenham sido presidentes da Asociación Interamericana de Ingeniería Sanitaria y Ambiental - AIDIS e da antiga Seção Brasileira dessa mesma Associação;

a.3 - O Presidente e o Secretário-Geral da Diretoria Nacional da ABES.

b) Membros Eleitos

b.1 - 30 (trinta) associados sufragados em eleição geral;

b.2 - O Presidente da Seção Estadual e mais tantos representantes quantos são os grupos de 100 (cem) ou fração superior a 50 (cinquenta) dos associados inscritos na respectiva Seção e quites com a Associação.

Artigo 18º - Compete ao Conselho Diretor:

a) Aprovar o Regimento Interno e suas modificações;

b) Deliberar, no decorrer do primeiro semestre de cada ano, sobre o balanço geral e prestação de contas do exercício anterior, submetendo-o, com parecer do Conselho Fiscal, à Assembleia Geral;

c) Aprovar o Orçamento para o exercício seguinte com base na proposta orçamentária e no programa anual de atividades apresentado pela Diretoria Nacional;

d) Autorizar a realização de despesas extra-orçamentárias;

e) Examinar e pronunciar-se sobre os pareceres do Conselho Fiscal referentes aos balanços;

f) Aprovar previamente ou delegar poderes à Diretoria Nacional para a celebração de contratos, convênios, acordo, termos aditivos e outros instrumentos;

[illegible]

- q) Decidir sobre os casos omissos neste Estatuto, no Regimento Interno e sobre dúvidas quanto à aplicação de ambos;
- n) Homologar, anualmente, as contribuições dos associados fixadas pela Diretoria Nacional;
- i) Homologar as decisões ad referendum da Diretoria Nacional;
- j) Decidir sobre a criação de Seções Estaduais, mediante proposta da Diretoria Nacional, nos casos de Unidades da Federação em que ainda não existam;
- k) Deliberar acerca do parecer da Diretoria Nacional sobre eleições nas Seções Estaduais;
- l) Deliberar sobre os laudos e pareceres emitidos pela Diretoria Nacional e/ou Comissões Especiais;
- m) Aprovar a concessão de prêmios e títulos honoríficos;
- n) Conceder licença aos seus membros, por período não superior a 6 (seis) meses, em cada período de 1 (um) ano. Somente por motivo relevante tal prazo poderá ser excedido, requerendo, então, aprovação por 2/3 dos membros presentes à reunião que tratar do assunto;
- o) Julgar os recursos interpostos contra decisões da Diretoria Nacional ou de seu Presidente;
- p) Elegar, entre seus pares, o Presidente e o Secretário de sua reunião, nos casos de ausência ou impedimento do Presidente, do Vice-Presidente, do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto;
- q) Definir outras áreas de atuação dos diretores da ABES, não previstas neste Estatuto

Artigo 19º - O Conselho Diretor reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado, por iniciativa:

- a) Do Presidente da Diretoria Nacional;
- b) Do Conselho Fiscal;
- c) De, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Conselheiros;
- d) De, no mínimo, 1/10 (um décimo) dos associados quites com a ABES;

§ 1º - O Conselho Diretor reunir-se-á com a presença de, no mínimo, 15 (quinze) dos seus membros, e decidirá pelo sufrágio da maioria simples dos presentes com direito a voto.

§ 2º - Os membros da Diretoria Nacional, integrantes do Conselho Diretor, embora com direito ao uso da palavra, estarão impedidos de votar nos casos em que estiverem em apreciação atos da Diretoria.

§ 3º - Os Conselheiros serão convocados para as reuniões através de comunicação por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo o instrumento de convocação conter a pauta dos assuntos a serem tratados.

Do Conselho Fiscal

Artigo 20º - O Conselho Fiscal é constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados **Efetivos-Individuais** que tenham pelo menos 3 (três) anos de filiação à ABES.

§ 1º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão os 3 (três) candidatos mais votados na eleição.

§ 2º - Os 3 (três) membros suplentes serão os 3 (três) candidatos que se seguirem na ordem do número de votos obtidos, aos quais caberão a 1ª (primeira), a 2ª (segunda) e a 3ª (terceira) suplências, respectivamente, na ordem da maior votação obtida.

§ 3º - Os Suplentes serão chamados a assumir os cargos nos casos de impedimento ou vacância, seguindo-se, para esse fim, a ordem da votação obtida, conforme estabelecido no Parágrafo anterior.

Artigo 21º - Compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da vida financeira e patrimonial da ABES. Mensalmente, conhecerá do balanço e, no primeiro semestre de cada ano, do balanço geral e da prestação de contas, encaminhando-os, com parecer, ao Conselho Diretor.

§ 1º - Em qualquer tempo, o Conselho Fiscal poderá verificar a situação da contabilidade e da tesouraria, tanto em nível nacional quanto estadual, requerendo, se julgar necessário, a reunião do Conselho Diretor ou a convocação da Assembleia Geral.

§ 2º - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, duas vezes por ano, antecedendo a reunião do Conselho Diretor e extraordinariamente quando convocado por iniciativa de 2 (dois) de seus 3 (três) membros efetivos, com a presença mínima de 2 (dois) de seus membros.

[Assinatura]

17o OFICIO DE NOTAS - Tabeliao Carlos Alberto Firmo D. 17/01/13
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel. 2107-2000
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução
original que foi apresentado. Cod: X006005200. Conf. por:
Rio de Janeiro, 04 de Junho de 2014.

Rosângela Maria Ferreira - Aut.
EAGL-95543 USL Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

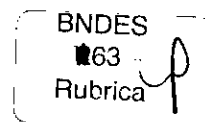
CARTÓRIO DO 17o
Rosângela
Ferreira
Escrivente
nº 84.044
Lei 8.912/94

Serventia : 4.28
36% TJ+FUNDOS : 1.53
Total : 5.86

Da Diretoria Nacional

Artigo 22º - A Diretoria Nacional é integrada, exclusivamente, por associados **Efetivos-Individuais** que tenham, pelo menos, 3 (três) anos de filiação à ABES e obedeça à seguinte composição:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 5 (cinco) Diretores Regionais;
- d) Secretário-Geral;
- e) Secretário-Geral Adjunto;
- f) Tesoureiro-Geral;
- g) Tesoureiro-Geral Adjunto.



Artigo 23 - Compete à Diretoria Nacional:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social, bem como as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho Diretor;
- b) Elaborar ou propor modificações do Regimento Interno;
- c) Elaborar e apresentar ao Conselho Diretor, anualmente
 - c.1 - no segundo semestre, a programação de atividades e a proposta orçamentária para o exercício subsequente;
 - c.2 - até 30 (trinta) de junho, o relatório circunstanciado de suas atividades, balanço, prestação de contas e parecer do Conselho Fiscal sobre o exercício findo;
- d) Decidir sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho Diretor, pelo Conselho Fiscal, pelo Presidente ou pelas Diretorias das Seções Estaduais;
- e) Encaminhar, para decisão pelo Conselho Diretor, a concessão de títulos de Sócio Benemérito, de sua iniciativa, e as que lhe sejam encaminhadas pelas Seções Estaduais;
- f) Emitir pronunciamentos, participar de entendimentos, tomar decisões de interesse da ABES e, após homologação pelo Conselho Diretor, designar representantes em organismos e associações, em âmbito nacional e internacional;
- g) Fixar, anualmente, as contribuições dos associados para aprovação *ad referendum* do Conselho Diretor;
- h) Encaminhar para apreciação do Conselho Diretor, anualmente, as transferências dos recursos das contribuições dos associados às Seções Estaduais;
- i) Propor ao Conselho Diretor, a realização de despesas não previstas no Orçamento;
- j) Autorizar "ad referendum" do Conselho Diretor, despesas de caráter urgente, não previstas no Orçamento;
- k) Pronunciar-se, nos casos de emergência, sobre assuntos da alçada do Conselho Diretor, submetendo-os para homologação na primeira reunião subsequente;
- l) Elaborar o balancete mensal e encaminhá-lo ao Conselho Fiscal;
- m) Criar e extinguir Comissões Especiais, bem como nomear, substituir e dispensar membros dessas Comissões;
- n) Conhecer, no primeiro semestre de cada ano, do Balanço Geral e das Prestações de Contas do exercício anterior, inclusive das Seções Estaduais, e encaminhá-los ao Conselho Fiscal;
- o) Escolher o(s) banco(s) ou instituições financeiras onde serão depositados ou aos quais será atribuída a guarda dos valores da ABES;
- p) Criar e extinguir Comissões e Câmaras Temáticas, submetendo à apreciação do Conselho Diretor;
- q) Manter uma contabilidade centralizada, englobando a Direção Nacional e as Seções Estaduais;
- r) Julgar os recursos interpostos por associados quando da sua exclusão;
- s) Apreciar relatórios e programas de trabalho das Seções Estaduais, para fins de consignação de dotações às mesmas no orçamento global da ABES;
- t) Encaminhar ao Conselho Diretor, com o seu parecer, o resultado das eleições realizadas no âmbito das Seções Estaduais;
- u) Delegar encargos especiais às Seções Estaduais;
- v) Manter um registro completo e atualizado dos associados da ABES;

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi apresentado. Cod: X0000009929. Conf. por: _____
Rio de Janeiro, 04 de junho de 2014. Serventia : 1.53
Rosângela Maria Ferreira - Aut. 36% TJ+FUNDOS : 5.86
Total : 7.39
EAGL-95542 FHO Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



x) Manter um registro completo e atualizado, relacionado com as contribuições dos associados, cobrando-os diretamente ou através das Seções Estaduais;

y) Licenciar membros da Diretoria; e

z) Nomear substituto, em caso de falecimento, *ad referendum* do Conselho Diretor, obedecendo os pré-requisitos legais e estatutários.

Parágrafo Único – Ressalvados os casos relacionados ao disposto no § 4º do art. 65 ou a recursos interpostos por associados, é expressamente vedado à Diretoria Nacional, ou a qualquer associado, funcionário ou terceiro, ceder, dar conhecimento ou prestar informações relativas ao cadastro ou registro de associados da ABES.

Artigo 24º - A Diretoria Nacional reunir-se-á, no mínimo trimestralmente, ou extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por solicitação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros

Parágrafo Único - A Diretoria Nacional somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 6 (seis) de seus membros e suas decisões e deliberações serão tomadas por maioria dos presentes. Nos casos de empate, o Presidente terá direito ao voto de qualidade.

Artigo 25 - A Diretoria Nacional poderá contratar um Diretor Executivo, por iniciativa do Presidente, ouvidos os demais membros

§ 1º - O Diretor Executivo deverá:

I - dedicar tempo integral e exclusivo à ABES, sendo-lhe vedado exercer qualquer outra atividade, salvo a de magistério, quando haja compatibilidade de horários; e

II - não se vincular, sob nenhuma hipótese a qualquer empresa ligada à engenharia sanitária e ambiental;

§ 2º - O Diretor Executivo participará das reuniões de Diretoria quando convocado

§ 3º - Na hipótese da convocação do Diretor Executivo para participar de reunião da Diretoria, este não terá direito a votar e nem determinará "quorum"

Artigo 26º - Compete ao Presidente Nacional:

a) Coordenar as atividades da ABES em todo o Brasil;

b) Representar a ABES, em juízo e fora dele, delegando poderes sempre que necessário, ressalvando-se o disposto na Alínea "f" do Art. 18;

c) Promover os atos necessários à consecução dos objetivos da ABES;

d) Fazer cumprir, no que lhe compete, o presente Estatuto e as decisões dos órgãos que compõem a Direção Nacional;

e) Convocar e presidir as reuniões de Assembleia Geral, do Conselho Diretor e da Diretoria Nacional, quando não houver deliberação em contrário na forma deste Estatuto.

f) Autorizar a realização de despesas dentro do Orçamento;

g) Assinar, juntamente com o Tesoureiro-Geral ou Adjunto, todos os cheques e demais expedientes relativos às finanças e ao patrimônio da ABES sob a responsabilidade da Diretoria Nacional;

h) Delegar atribuições, a seu critério, mediante aprovação da Diretoria;

i) Praticar os demais atos de administração que não lhe sejam vedados por este Estatuto.

Artigo 27º - Compete ao Vice-Presidente Nacional:

a) Substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos e sucedê-lo na vacância do cargo;

b) Assistir ao Presidente na gestão da ABES e executar as tarefas por ele delegadas;

c) Acompanhar, juntamente com os Diretores Regionais, a atuação das Seções Estaduais;

d) Assinar cheques ou recibos na ausência ou impedimento do Presidente.

Artigo 28º - Compete aos Diretores Regionais:

a) Acompanhar a atuação das Seções Estaduais da ABES pertencentes à região geográfica sob sua jurisdição;

b) Promover a integração das Seções Estaduais sob sua jurisdição;

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel de
original que foi apresentado. Data: 04 de junho de 2014. Conf. por: _____
Rio de Janeiro, 04 de junho de 2014. Serventia: _____
Rosângela Maria Ferreira - Aut. 36% TJ-FUNDOS : 5.86
Total : 1.53
EAGL-95533 X0J Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CARTÓRIO DO 17º
Rosângela Maria
Ferreira
Escrivente
CAD / CGJ nº 84.04402
At. nº 8.035/14

- c) Consolidar os programas anuais de trabalho das Seções Estaduais sob sua jurisdição;
- d) Reunir-se pelo menos uma vez em cada trimestre com os Presidentes das Seções Estaduais sob sua jurisdição;
- e) Executar outras atividades que lhes forem delegadas pela Diretoria Nacional.

Parágrafo Único - O Regimento Interno disporá sobre as atribuições dos Diretores Regionais, além do disposto no presente Estatuto.

Artigo 29º - Compete ao Secretário-Geral:

- a) Assistir ao Presidente na administração da ABES;
- b) Fazer publicar os editais e expedir as cartas ou telegramas de convocação dos órgãos da ABES;
- c) Secretariar as reuniões da Assembleia Geral, do Conselho Diretor e da Diretoria Nacional;
- d) Apresentar à Diretoria Nacional, quando solicitado, relatório sucinto das atividades e dos serviços realizados pela ABES;
- e) Manter em dia o calendário dos eventos previstos neste Estatuto e no Regimento Interno, alertando os demais membros da Diretoria para o seu fiel cumprimento.

Artigo 30º - Compete ao Secretário-Geral Adjunto prestar assistência ao Secretário-Geral, substituí-lo em seus impedimentos ou ausências e sucedê-lo na vacância.

Artigo 31º - Compete ao Tesoureiro-Geral:

- a) Administrar as finanças da ABES;
- b) Supervisionar a arrecadação da receita e depositá-la em contas bancárias, em nome da ABES no(s) banco(s) escolhido(s) pela Diretoria;
- c) Efetuar os pagamentos autorizados pelo Presidente na forma deste Estatuto;
- d) Assinar, juntamente com o Presidente, os cheques e demais expedientes, relativos às finanças e ao patrimônio da ABES, sob a responsabilidade da Diretoria Nacional;
- e) Apresentar mensalmente, à Diretoria Nacional, o balanço das contas da ABES;
- f) Apresentar à Diretoria Nacional, no primeiro trimestre de cada ano, o balanço geral do exercício financeiro anterior e a sua prestação de contas;
- g) Apresentar à Diretoria Nacional, no segundo semestre de cada ano, a proposta orçamentária para o exercício seguinte;
- h) Manter, sob sua guarda, em caixa-forte, os títulos, os valores e os documentos relacionados com o patrimônio da ABES.

Artigo 32º - Compete ao Tesoureiro-Geral Adjunto prestar assistência ao Tesoureiro-Geral, substituí-lo nos seus impedimentos ou ausências e sucedê-lo na vacância do cargo, podendo, inclusive, assinar cheques e recibos na ausência ou no impedimento do Tesoureiro-Geral.

Artigo 33º - A Diretoria Nacional e o Regimento Interno da ABES disporão sobre outras atribuições de funções dos membros da Diretoria, além do estabelecido no presente Estatuto.

CAPÍTULO II

Das Seções Estaduais

Artigo 34º - Compete às Seções Estaduais, através dos órgãos que as compõem, promover as atividades que conduzam à consecução dos objetivos da ABES, em consonância com este Estatuto e com as diretrizes emanadas da Direção Nacional.

Artigo 35 - A criação de Seções Estaduais far-se-á mediante proposta da Diretoria Nacional, encaminhada ao Conselho Diretor, e tais seções terão a natureza de filiais.

§ 1º - Somente serão criadas Seções Estaduais em Unidades da Federação que possuam um mínimo de 15 (quinze) associados habilitados a votar.

§ 2º - As Unidades da Federação que não possuam o número mínimo de 15 (quinze) associados, poderão ser criados Núcleos de Implantação de Seção, com número de associados a ser estabelecido a critério da Diretoria Nacional. Estes Núcleos desenvolverão suas atividades até que atinjam o número mínimo de associados, procedendo eleições em período eleitoral juntamente com as demais seções.

[illegible]

§ 3º - As sedes das Seções Estaduais serão as capitais das Unidades da Federação nas quais estiverem instaladas

Artigo 36º - As Seções Estaduais têm a seguinte organização:

1) Órgão de Deliberação

1.1 - Assembleia Estadual

2) Órgão Consultivo

2.1 - Conselho Consultivo

3) Órgão de Fiscalização

3.1 - Conselho Fiscal Estadual

4) Órgãos de Administração

4.1 - Diretoria da Seção

4.2 - Diretoria(s) da(s) Subseção(ões)

Da Assembleia Estadual

Artigo 37º - A Assembleia Estadual, órgão máximo em nível estadual, é constituída pelos associados que dela tenham direito a participar, e reunir-se.

a) Ordinariamente, no primeiro semestre de cada ano, para examinar, discutir e votar o relatório do exercício anterior, encaminhando-o à Diretoria Nacional para fins de incorporação ao Balanço Geral e à Prestação de Contas da ABES e, a cada 2 (dois) anos, para dar posse aos membros do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal Estadual e das Diretorias das Seções e das Subseções

b) Extraordinariamente, para decidir, exclusivamente, sobre as matérias determinadas na convocação e constantes de edital, por comunicação postal aos associados e/ou publicação na imprensa local

§ 1º - A convocação da Assembleia Estadual será feita através de edital, publicado nos meios de comunicação interna da ABES e/ou por meio eletrônico, com menção ao local, dia e hora, e antecedência mínima de 20 (vinte) dias

§ 2º - A posse dos membros das Subseções, a critério da Assembleia Estadual, poderá ser realizada nas respectivas cidades-sede das Subseções

§ 3º - A Assembleia Estadual Extraordinária será convocada, sempre que o requererem, por 2/3 dos seus membros, o Conselho Consultivo, o Conselho Fiscal Estadual, ou as Diretorias da Seção e Subseção(ões), ou ainda 1/10 (um décimo) dos sócios quites com a ABES

§ 4º - A Assembleia Estadual decidirá pelo sufrágio da maioria dos associados presentes com direito a voto, vedado o voto por procuração.

Artigo 38º - A Assembleia Estadual instalar-se-á com a presença da maioria dos associados com direito a voto, em primeira convocação. Uma hora (1h) após a primeira convocação, caso não tenha sido alcançado o quorum retro citado, a Assembleia Estadual será instalada com o número mínimo de 05 (cinco) vezes o total dos representantes da Seção no Conselho Diretor

Do Conselho Consultivo Estadual

Artigo 39º - O Conselho Consultivo Estadual é integrado exclusivamente por associados **Efetivos-Individuais** que tenham pelo menos 2 (dois) anos de filiação à ABES e obedeça à seguinte composição:

a) 3 (três) associados, no mínimo, e 6 (seis) no máximo, sufragados em eleição local dentre os inscritos na Seção;

b) 1 (um) sócio por Subseção instalada na Unidade da Federação;

c) O Presidente e o 1º Secretário da Seção;

d) O ex-Presidente do período imediatamente anterior

Artigo 40º - Compete ao Conselho Consultivo Estadual:

a) Orientar e assessorar as Diretorias da Seção e das Subseções;

b) Opinar sobre os assuntos que lhe sejam encaminhados;

c) Aprovar a proposta de trabalho e acompanhar os programas desenvolvidos pela Seção e Subseções;

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO
 Rosângela M.
 Ferreira
 Escrevente
 Cap. (04) 2107-8859

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firpo
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel. 2107-8859
 O presente documento é a reprodução fiel do original que foi apresentado para a presente certificação.
 Original que foi apresentado para a presente certificação: 1.53
 Rio de Janeiro, 04 de maio de 2014. 36% IOFUNDOS : 5.86
 Total

Rosângela Maria Ferreira - Aut.
 RG 95531 TUG Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

- d) Aprovar o orçamento e autorizar despesas extra-orçamentárias;
- e) Desenvolver ações junto às Diretorias com vistas ao contínuo progresso da Seção e das Subseções e à consecução dos objetivos da ABES;
- f) Deliberar, no decorrer do primeiro trimestre de cada ano, sobre o Balanço e a Prestação de Contas do exercício anterior submetendo-os, com o parecer do Conselho Fiscal Estadual, à Assembleia Estadual;
- g) Deliberar sobre a criação e a extinção de Subseções Estaduais, comunicando à Diretoria Nacional;
- h) Conceder licença a seus membros pelo período máximo de 6 (seis) meses;
- i) Eleger, entre os seus membros, o Presidente e o Secretário, nos casos de ausência ou impedimento eventual do Presidente e/ou do 1º Secretário da Seção Estadual;
- j) Julgar recursos interpostos às decisões da Diretoria da Seção Estadual ou do seu Presidente;
- k) Aprovar o Regimento Interno da Seção Estadual.

Artigo 41º - O Conselho Consultivo Estadual reunir-se-á, ordinariamente, uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, quando convocado por iniciativa:

- a) Do Presidente da Seção;
- b) Do Conselho Fiscal Estadual;
- c) De, no mínimo, metade dos Conselheiros;
- d) De, no mínimo, 1/10 (um décimo) dos associados quites, inscritos na Seção.

§ 1º - O Conselho Consultivo Estadual reunir-se-á com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus membros e decidirá pelo sufrágio da maioria simples dos presentes com direito a voto.

§ 2º - Os membros da Diretoria da Seção Estadual, integrantes do Conselho Consultivo Estadual, embora com direito ao uso da palavra, estarão impedidos de votar, nos casos em que estiverem em apreciação atos da Diretoria.

§ 3º - Os Conselheiros serão convocados para as reuniões através de comunicação por escrito, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo o instrumento de convocação conter a pauta dos assuntos a serem tratados.

Do Conselho Fiscal Estadual

Artigo 42º - O Conselho Fiscal Estadual é constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados **Efetivos-Individuais** que tenham pelo menos 2 (dois) anos de filiação à ABES.

Parágrafo Único - Os suplentes assumirão os cargos nos casos de impedimento ou vacância, segundo-se a ordem estabelecida no Parágrafo 3º do Artigo 2º.

Artigo 43º - Compete ao Conselho Fiscal Estadual a fiscalização da vida financeira da Seção, mediante o conhecimento:

- a) Do balanço mensal;
- b) Do Balanço Geral e da Prestação de Contas, no primeiro trimestre de cada ano, encaminhando-os com parecer ao Conselho Consultivo.

Parágrafo Único - Em qualquer tempo o Conselho Fiscal Estadual poderá verificar a situação da contabilidade e da tesouraria, requerendo, se julgar necessário, auditoria da Direção Nacional ou a convocação da Assembleia Estadual.

Da Diretoria da Seção Estadual

Artigo 44º - A Diretoria da Seção Estadual é integrada, exclusivamente, por associados **Efetivos-Individuais** que tenham pelo menos 2 (dois) anos de filiação à ABES.

Parágrafo Único - A Diretoria é constituída de, no mínimo, Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, e de, no máximo, Presidente, Vice-Presidente, 4 (quatro) Diretores, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

Artigo 45º - Compete à Diretoria da Seção Estadual:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social bem como as deliberações da Assembleia Estadual, do Conselho Consultivo, da Assembleia Geral e do Conselho Diretor;
- b) Elaborar e apresentar ao Conselho Consultivo, anualmente;

CARTÓRIO DO 17º	
Rosângela Maria	
Escrivente	
CAD / CC nº 94.04402	
Art. 26, III, Lei nº 8.935/94	
OFÍCIO DE NOTAS	

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Figueiredo
 Rua do Campo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 251-7800
 Cartório e do fe que a presente data e a reprodução
 original dele foi apresentado em 2014.
 Rio de Janeiro, 04 de Junho de 2014.
 Rosângela Maria Ferreira - Aut.
 EMI-9530 RNO Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepublico>

Valor	1.00
Despesa	1.00
Total	2.00

b.1 - no segundo semestre, a programação de atividades e a proposta orçamentária para o exercício subsequente;

b.2 - até 30 (trinta) de março de cada ano, o relatório circunstanciado de suas atividades, Balanço, Prestação de Contas e pareceres do Conselho Fiscal Estadual e do Conselho Consultivo sobre o exercício findo;

c) Emitir pronunciamentos, participar de entendimentos, tomar decisões de interesse da Seção e, após homologação pelo Conselho Consultivo, designar representantes em organismos e associações, em âmbito estadual;

d) Propor ao Conselho Consultivo a realização de despesas não previstas no orçamento;

e) Autorizar, "ad referendum" do Conselho Consultivo Estadual, despesas de caráter urgente não previstas no orçamento;

f) Elaborar o balanço mensal e encaminhá-lo à Diretoria Nacional, após a aprovação do Conselho Fiscal Estadual, consolidando as atividades da Seção e da(s) Subseção(ões), bem como encaminhar à sede nacional as prestações de contas trimestrais, de acordo com modelo estabelecido pela Diretoria Nacional;

g) Escolher as instituições financeiras, ou a elas equiparadas, onde serão depositados ou às quais será atribuída a guarda dos valores da ABES sob sua responsabilidade e na sua jurisdição;

h) Criar, na sua área de atuação, Comissões, Comitês e Subseções Estaduais, submetendo à apreciação do Conselho Consultivo Estadual;

i) Apreciar propostas de admissão, transferência e exclusão de associados de quaisquer categorias;

j) Licenciar membros da Diretoria da Seção Estadual;

k) Manter em dia os registros financeiros da Seção e da(s) Subseção(ões) incluindo as contribuições dos associados; e

m) Manter um registro completo e atualizado dos associados da Seção e Subseção(ões).

§ 1º - Compete ao Presidente, em conjunto com o tesoureiro, abrir, movimentar e encerrar contas correntes bancárias, poupança ou de investimento, em nome da ABES, mantidas nas instituições financeiras, ou a elas equiparadas, escolhidas pela Diretoria da Seção Estadual.

§ 2º - O Regimento Interno da ABES disporá sobre a atribuição de funções dos membros da Diretoria da Seção Estadual, além do disposto neste Estatuto.

§ 3º - As Seções Estaduais poderão sugerir alterações ou complementações ao Regimento Interno, a serem apresentadas ao Conselho Diretor.

§ 4º - A Diretoria da Seção Estadual reunir-se-á, no mínimo uma vez por mês, ou extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por 3 (três) dos seus membros.

Das Subseções

Artigo 46º - A criação do Conselho Consultivo e mediante proposta a ser encaminhada pela Diretoria da Seção Estadual, poderá ser autorizada a criação de Subseções, nas cidades em que haja, pelo menos, 15 (quinze) associados Efetivos-Individuais que tenham pelo menos 1 (um) ano de filiação à ABES.

§ 1º - As Subseções são órgãos de atuação e representação da ABES no âmbito da respectiva região, cabendo-lhes promover eventos, estimular, organizar e participar de ações que conduzam à consecução dos objetivos da ABES, dentro das diretrizes da Direção Nacional e da Seção Estadual.

§ 2º - A Subseção será administrada por uma Diretoria constituída por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro. As atribuições da Diretoria das Subseções serão correlatas às funções da Seção, dentro de sua circunscrição territorial.

§ 3º - Mensalmente, até o 10º dia de cada mês, a Diretoria da Subseção prestará contas, à Diretoria da Seção Estadual, da gestão financeira de sua responsabilidade correspondente ao mês anterior.

CAPÍTULO III

Dos Mandatos, da Acumulação e da Remuneração

Artigo 47º - Os mandatos de todos os membros eleitos para o preenchimento de cargos nos órgãos de Deliberação, de Fiscalização, de Administração e Consultivos da ABES terão a duração de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - Perderá o mandato o membro eleito que, durante o ano e sem motivo justificado, faltar a 3 (três) reuniões ordinárias, consecutivas, do órgão a que pertencer.

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
 Rosângela Maria
 Ferreira
 Escrevente
 OAB/ RJ 10.440

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel.: 2107-1111
 Data: 04 de junho de 2014. Hora: 14:35
 Conf. por: 1.35
 Valor: 5.86
 Total: 5.86

Particular e deu fé que a presente cópia é a reprodução fiel
 original que foi apresentado. Conf. por: 1.35
 Rio de Janeiro, 04 de junho de 2014. 36% 1.14 UNOS : 5.86

Rosângela Maria Ferreira - Aut.
 Rio de Janeiro em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>
 EABL-95537 JON Consulte em <https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

Artigo 48º - É vedada a acumulação de funções pelos membros de quaisquer dos órgãos de Deliberação, de Fiscalização, de Administração e Consultivos da ABES, ressalvados:

- a) Os membros da Diretoria Nacional e os Presidentes das Seções Estaduais, quando na qualidade de integrantes do Conselho Diretor;
- b) Os membros da Diretoria da Seção Estadual, quando na qualidade de integrantes do Conselho Consultivo;
- c) Os integrantes das Assembleias Gerais e das Assembleias Estaduais;
- d) Os membros natos do Conselho Diretor.

Artigo 49º - Os membros natos ou eleitos para exercerem função nos órgãos que compõem a estrutura da ABES, não receberão qualquer tipo de remuneração para os cargos e funções que exerçam na ABES.

§ 1º - É vedado aos funcionários contratados pela ABES acumular funções eletivas e funcionais.

§ 2º - É vedada a prestação de serviços para terceiros, em nome da ABES, por funcionários, membros natos ou eleitos para exercerem função nos órgãos que compõem a estrutura da ABES ou por pessoas jurídicas das quais os mesmos façam parte.

TÍTULO IV

DA FILIAÇÃO, DIREITOS, DEVERES E DO DESLIGAMENTO DOS ASSOCIADOS

Artigo 50º - A admissão de associados de quaisquer categorias será feita mediante proposta apresentada à Diretoria da Seção Estadual ou à Diretoria Nacional pela pessoa física ou jurídica interessada em filiar-se.

Parágrafo Único - A Diretoria Nacional dará conhecimento à respectiva Seção Estadual, das propostas por ela recebidas, que poderá aceitá-las ou não nos termos do Artigo 51, mediante justificativa fundamentada a ser submetida à Diretoria Nacional.

Artigo 51º - A ABES é livre para aprovar ou recusar a admissão de associados.

Artigo 52º - A concessão de títulos de associados Beneméritos será proposta pela Diretoria Nacional ou pelas Diretorias das Seções Estaduais.

§ 1º - Quando proposta pela Diretoria Nacional, a decisão caberá ao Conselho Diretor, mediante votação secreta, pessoalmente ou por correspondência, com a concordância de, pelo menos, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do total dos Conselheiros.

§ 2º - Quando proposta pela Diretoria da Seção Estadual, a decisão caberá ao Conselho Consultivo, obedecidas as mesmas condições do Parágrafo anterior.

§ 3º - Se aprovada pelo Conselho Consultivo, a proposta encaminhada através da Diretoria da Seção Estadual dependerá de homologação pelo Conselho Diretor, na forma do Parágrafo Primeiro.

Artigo 53º - São direitos dos Associados Efetivos-Individuais:

- a) Votar e ser votado;
- b) Participar das Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias e das Assembleias Estaduais Ordinárias e Extraordinárias, exercendo o seu direito de voto;
- c) Propor associados de quaisquer categorias;
- d) Participar das atividades e programas promovidos ou patrocinados pela ABES, gozando dos descontos por ela concedidos;
- e) Usar a biblioteca e as dependências sociais;
- f) Receber as publicações da ABES;
- g) Requerer o que entender de seu direito aos órgãos que constituem a ABES;
- h) Apresentar aos órgãos da ABES as sugestões que julgar de interesse, para estimular e desenvolver atividades visando a consecução dos objetivos da Associação.

Artigo 54º - São direitos dos associados Efetivos-Coletivos, exercidos através de seus representantes credenciados:

- a) Votar,

OFICIO DO 1º
Rosângela Maria
Ferreira
Escritor

17º OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmino
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tels. 2507-0800
Cartório e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do
original que foi autenticado em 04 de junho de 2014.
Total

Reprografia : 4.33
Serventia : 1.53
36% TJFLNDS : 5.86

Rosângela Maria Ferreira - Aut.
Consulte em <https://www3.rij.jus.br/sitepublico>
EAB-95536 INL

- b) Participar das Assembleias Geras Ordinárias e Extraordinárias e das Assembleias Estaduais Ordinárias e Extraordinárias, exercendo o direito de voto;
- c) Propor associados de quaisquer categorias;
- d) Participar das atividades e programas promovidos ou patrocinados pela ABES, gozando dos descontos por ela concedidos;
- e) Utilizar a biblioteca e as dependências sociais;
- f) Receber as publicações da ABES;
- g) Requerer o que entender de seu direito aos órgãos que constituem a ABES;
- h) Apresentar aos órgãos da ABES as sugestões que julgar de interesse, para estimular e desenvolver atividades visando a consecução dos objetivos da Associação.

Parágrafo Único - Os associados **Efetivos-Coletivos** têm direito a 1 (um) representante credenciado.

Artigo 55º - Os associados **Estudantes Filiados e Correspondentes** têm todos os direitos dos associados **Efetivos**, salvo os constantes das alíneas "a" e "b" do Artigo 53, sendo-lhes, entretanto, permitido assistir às Assembleias Geras e Estaduais.

Artigo 56º - São deveres dos associados

- a) Respeitar e cumprir este Estatuto Social e os Regimentos Internos da ABES;
- b) Pagar a anuidade fixada para a sua categoria;
- c) Acatar as deliberações dos órgãos de Administração da ABES;
- d) Pugnar pelo progresso da Engenharia Sanitária e Ambiental;
- e) Fornecer à ABES, sempre que possível, exemplares de estudos, trabalhos ou informações técnicas, que tenham publicado ou venham a publicar, relacionados à Engenharia Sanitária e Ambiental; e
- f) Manter atualizados seus dados no cadastro de associados da ABES.

Artigo 57º - Os associados de quaisquer categorias serão desligados do Quadro Social nos seguintes casos:

- a) Voluntariamente, por pedido de exclusão, mediante expediente escrito dirigido ao Presidente da respectiva Seção Estadual;
- b) Pelo não pagamento da anuidade até seis meses após o encerramento do ano civil;
- c) Por motivos considerados graves pela Diretoria, que ocorram em descumprimento dos deveres impostos por este Estatuto, ou então por motivos de natureza pública ou profissional que venham a comprometer as finalidades, a dignidade e o prestígio da ABES.

§ 1º - O sócio desligado em face do que estabelecem as alíneas "a" e "b" poderá filiar-se novamente à ABES, porém, sem a consideração dos meritos anteriores de filiação, assumindo a condição de sócio novo;

§ 2º - No caso da Alínea "c", o desligamento do sócio será decidido pela Diretoria da respectiva Seção Estadual, assegurando-se ao sócio ampla defesa e o conhecimento dos fatos que lhe são imputados

§ 3º - No caso de omissão da Seção Estadual, com referência a Alínea "c", caberá à Diretoria Nacional a decisão sobre o desligamento e a ciência ao sócio dos fatos que lhe são imputados

§ 4º - Da decisão da Diretoria da Seção Estadual caberá recurso à Diretoria Nacional, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da ciência da decisão.

§ 5º - Da decisão da Diretoria Nacional caberá recurso ao Conselho Diretor, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da ciência da decisão.

§ 6º - Da decisão do Conselho Diretor caberá recurso à Assembleia Geral

Artigo 58º - Os associados, enquanto em débito para com a ABES, ficarão privados de todos os direitos assegurados por este Estatuto.

Parágrafo Único - Os associados serão considerados em débito para com a ABES quando não efetuarem o pagamento da anuidade, nos prazos estipulados para quitação da taxa única ou de quaisquer das parcelas em que a mesma for subdividida

CARTÓRIO DO 1º
 Rosângela Maria
 Ferreira
 Escrevente
 CAD/COJ nº 04.04402
 CAD/COJ nº 04.03504

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Rinaldi
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
 Certifico e dou fé que presente cópia é a reprodução fiel do
 original que foi apresentado. Cod: XXXXXXX99722- Conf.por: _____
 Rio de Janeiro, 04 de junho de 2014. Serventia : 4.33
 36% TJ+FLUNDOS : 1.53
 Total : 5.86
 Rosângela Maria Ferreira - Aut.
 EAGL-95535 DH Consultar em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Artigo 59º - Os associados não responderão, subsidiariamente, pelas obrigações da ABES

Artigo 60º - A Diretoria da Seção Estadual poderá conceder licença aos associados que, com a Associação, mediante solicitação do interessado. No período de licença, o sócio perderá seus direitos estipulados neste Estatuto e ficará desobrigado de pagar a contribuição anual.

Parágrafo Único - A licença interromper-se-á mediante a competente comunicação do interessado

TÍTULO V

DAS ELEIÇÕES

Artigo 61º - As eleições para o preenchimento dos cargos nos órgãos de Deliberação, de Fiscalização, de Administração e Consultivos da ABES serão sempre realizadas pelo voto direto e secreto dos seus associados, vedado o voto por procuração

§ 1º - As formas de votação disponíveis serão determinadas pela Comissão Coordenadora das Eleições, podendo ser realizadas em urnas ou de forma eletrônica, e serão informadas aos associados no edital de convocação da eleição.

§ 2º - Caberá ao Conselho Diretor, em nível nacional, e ao Conselho Consultivo, em nível estadual, o preenchimento de vagas acaso ocorridas entre duas eleições, respectivamente na Diretoria Nacional e nas Diretorias das Seções Estaduais e Subseções em reunião para isso especialmente convocada e por maioria de votos.

Artigo 62º - As eleições serão gerais e locais e realizar-se-ão:

a) Simultaneamente em todo o território nacional, no 2º trimestre dos anos pares, com a participação restrita dos associados habilitados a votar, para membros do Conselho Diretor, Diretoria Nacional e Conselho Fiscal;

b) No 2º trimestre dos anos ímpares, com a participação restrita aos associados habilitados a votar, inscritos na respectiva Seção Estadual, em todas as Unidades da Federação, para os membros das Diretorias, dos Conselhos Consultivos, dos Conselhos Fiscais Estaduais e para os representantes das Seções no Conselho Diretor;

c) No 2º trimestre dos anos ímpares, com a participação restrita aos associados habilitados a votar, inscritos na respectiva Subseção, em todas as Unidades da Federação e simultaneamente com as eleições das Seções Estaduais para os membros das Diretorias e para os representantes das Subseções nos Conselhos Consultivos.

d) Somente poderão votar os associados Efetivos Individuais e Coletivos - excluídos aqueles a que se refere o Parágrafo 7º do Artigo 9º deste Estatuto - integrantes do quadro associativo da ABES em 31 de dezembro do ano anterior à realização da respectiva eleição.

Artigo 63º - Os membros dos órgãos de Deliberação, de Fiscalização, de Administração e Consultivos da ABES, só poderão ser reeleitos uma única vez, para o exercício do mesmo cargo, em mandatos consecutivos.

Artigo 64º - As chapas para renovação dos membros do Conselho Diretor - a que se refere a Alínea "b.1" do Artigo 17 - , do Conselho Fiscal e da Diretoria Nacional, deverão ser registradas na Secretaria Geral da ABES, pelo menos 60 (sessenta) dias antes da data fixada para o término da votação

§ 1º - Os associados que desejarem concorrer como candidatos independentes, às mencionadas vagas do Conselho Diretor, ou do Conselho Fiscal, deverão registrar seus nomes no mesmo local e prazo aqui estabelecidos

§ 2º - Para os membros do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, aqui referidos, a votação será nominal, sem vinculação dos votos a determinada chapa.

§ 3º - Aos candidatos é vedado

a) Inscrever-se em mais de uma chapa,

b) Concorrer a mais de um cargo em quaisquer órgãos.

Artigo 65º - As chapas para a renovação dos membros das Diretorias e dos Conselhos Consultivos e Fiscais das Seções Estaduais, dos representantes das Seções no Conselho Diretor, das Diretorias das Subseções e dos representantes das Subseções junto aos Conselhos Consultivos, deverão ser registradas nas Secretarias das Seções e Subseções correspondentes, pelo menos 60 (sessenta) dias antes da data fixada para o término da votação

§ 1º - Os associados que desejarem concorrer como candidatos independentes aos Conselhos Consultivos e Fiscais e à representação no Conselho Diretor e nos Conselhos Consultivos, deverão registrar seus nomes nos mesmos locais e prazo aqui estabelecidos.

§ 2º - Para os membros dos Conselhos Consultivos e Fiscais, para os representantes das Seções Estaduais no Conselho Diretor e para os representantes das Subseções nos Conselhos Consultivos, a votação será nominal, sem vinculação dos votos a determinada chapa.

17o OFICIO DE NOTAS - Tabeliao Carlos Alberto Farias
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. EAGL X000000099261. Conf. por: Rio de Janeiro, 04 de Junho de 2014.

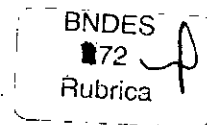
Serventia	: 4.33
36% TJ+FUNDOS	: 1.53
Total	: 5.86

Rosângela Maria Ferreira - Aut.

EAGL-95534 ÍTH Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Rosângela Maria
Ferreira
Escritorã
04/06/2014
2107-9800

OFICIO DE NOTAS



§ 3º - Aos candidatos é vedado:

- a) Inscrever-se em mais de uma chapa;
- b) Concorrer a mais de um cargo em quaisquer órgãos.

§ 4º - Imediatamente após o registro da chapa/candidatura independente, o candidato terá acesso ao cadastro de associados, exclusivamente no que diz respeito aos dados de contato.

Artigo 66º - Na composição das chapas destinadas ao preenchimento dos cargos da Diretoria Nacional deverá ser indicado um Diretor para cada uma das Regiões Geográficas do País, escolhido entre os associados nela residentes e/ou inscritos.

Artigo 67º - Os associados Efetivos-Coletivos terão direito a 1 (um) voto, exercido através de um representante credenciado até o dia da realização do pleito.

Parágrafo Único - No caso de o representante ser sócio habilitado a votar, terá também o direito ao exercício do seu próprio voto.

Artigo 68º - As eleições gerais serão convocadas pela Diretoria Nacional e as eleições estaduais pelas Diretorias das Seções e Subseções e coordenadas por Comissões Especiais, constituídas de 3 (três) membros indicados pela Diretoria Nacional, no caso das eleições gerais, ou pelas Diretorias das Seções e das Subseções no caso das eleições locais, além de 1 (um) representante de cada chapa inscrita e de 1 (um) representante do conjunto de candidatos independentes.

§ 1º - As Comissões Especiais serão constituídas e empossadas no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados do término do prazo estabelecido para registro das candidaturas.

§ 2º - Ficará sem representação nas Comissões Especiais, as chapas e o conjunto dos candidatos independentes que não indicarem seus representantes dentro do prazo referenciado no Parágrafo anterior.

§ 3º - Serão enviados aos associados habilitados a votar as chapas e os nomes inscritos, as instruções e os envelopes para votação.

§ 4º - Conforme disposto no Artigo 61, os associados poderão exercer o direito de voto, pessoalmente, nas urnas colocadas em pontos estabelecidos pela respectiva Comissão Especial.

§ 5º - Nos casos em que, até 15 de junho, as eleições não tenham sido convocadas, será designada Comissão Especial, para ordenar o processo eleitoral, designada:

- a) Pelo Conselho Diretor para as eleições gerais;
- b) Pela Diretoria Nacional para as eleições locais nas Seções Estaduais;
- c) Pela Diretoria da Seção Estadual para as eleições locais nas Subseções.

§ 6º - Demais detalhes constarão do Regimento Interno, que deverá prever decisões por consenso entre os membros das Comissões Especiais para os assuntos ali deixados em aberto. Em caso de impasse, a decisão caberá ao Conselho Diretor ou ao Conselho Consultivo, conforme o âmbito da respectiva Comissão Especial.

Artigo 69º - A apuração das eleições será coordenada pela Comissão Especial designada pela Diretoria Nacional, por ocasião das eleições gerais, e pelas Comissões Especiais designadas pelas Diretorias das Seções e Subseções, na oportunidade da realização das eleições locais.

§ 1º - A apuração será iniciada imediatamente após o término da votação, e realizada de acordo com o cronograma definido pelas Comissões Especiais.

§ 2º - A apuração poderá ser acompanhada por representantes fiscais, designados pelos componentes das chapas, até o máximo de 2 (dois) por chapa concorrente.

§ 3º - Concluída a apuração, as Comissões Especiais proclamarão eleitos os integrantes das chapas mais votadas para a Diretoria Nacional, e Diretorias das Seções e Subseções, e os associados mais votados para compor o Conselho Diretor, Conselho Fiscal, Conselhos Consultivos e Conselhos Fiscais Estaduais.

§ 4º - Preenchidos os cargos do Conselho Diretor, dos Conselhos Consultivos, do Conselho Fiscal e dos Conselhos Fiscais Estaduais, os demais candidatos votados, na ordem decrescente, serão proclamados suplentes, para eventual convocação nessa ordem.

§ 5º - Em caso de empate, será eleito o sócio mais antigo e, ainda persistindo o empate, o de idade mais avançada, cabendo às Comissões Especiais o cumprimento dessas exigências.

§ 6º - Demais detalhes constarão do Regimento Interno.

CARTÓRIO DO 17º OFÍCIO DE NOTAS
Rosângela Maria
Farreira
Escrivente
CAD/CGL nº 234002
CPL nº 234002
Data: 21/07/2010

[illegible]

Artigo 70º - A posse dos membros dos órgãos de Deliberação, de Fiscalização, de Administração e Consultivos da ABES, dar-se-á

- a) No primeiro dia útil do mês de julho, para os membros eleitos do Conselho Diretor - a que se refere a Alínea "b.1ª" do Artigo 17 - do Conselho Fiscal e da Diretoria Nacional;
- b) No primeiro dia útil do mês subsequente à apuração dos eleitos, para os membros dos Conselhos Consultivos, dos Conselhos Fiscais Estaduais e das Diretorias das Seções Estaduais e Subseções;
- c) Na primeira reunião do Conselho Diretor e dos Conselhos Consultivos, subsequente à proclamação dos eleitos, para os representantes das Seções no Conselho Diretor - a que se refere a Alínea "b.2ª" do Artigo 17 - e para os representantes das Subseções nos Conselhos Consultivos.

Artigo 71º - Os membros dos Conselhos Consultivos, dos Conselhos Fiscais Estaduais e das Diretorias das Seções e Subseções cujos mandatos estejam expirando, permanecerão em seus postos até a posse dos seus sucessores.

TÍTULO VI

DO REGIME ECONÔMICO-FINANCEIRO

Artigo 72º - O ano social e o exercício financeiro coincidem com o ano civil.

Artigo 73º - Constituem rendas e recursos financeiros da ABES:

- a) As importâncias recebidas dos associados e as arrecadadas pelas Seções Estaduais, a qualquer título;
- b) As importâncias provenientes das vendas de publicações;
- c) As taxas e demais importâncias que incidam sobre as publicações;
- d) As receitas oriundas de publicidade em seus meios de divulgação;
- e) As rendas provenientes de serviços técnicos ou administrativos, prestados ou resultantes de bens de sua propriedade, bem como os resultados apurados em congressos ou outras promoções por ela realizados;
- f) As importâncias resultantes de acordos ou convênios por ela firmados;
- g) As subvenções e auxílios, provindos de dotações orçamentárias municipais, estaduais ou federais e de entidades públicas e privadas;
- h) Quaisquer doações ou legados que lhe sejam destinados;
- i) Outros rendimentos que lhe caibam por via contratual, legal ou judicial.

Artigo 74º - As Seções Estaduais terão direito a uma parcela da receita de entidades da ABES cujo montante será fixado, anualmente, pelo Conselho Diretor.

Artigo 75º - O patrimônio da Associação será constituído pelos bens a ela incorporados.

Parágrafo Único - Havendo superávit na apuração dos resultados, será o mesmo incorporado ao patrimônio da Associação, não havendo, sob qualquer hipótese, distribuição de lucro entre a Diretoria e seus Diretores ou associados.

Artigo 76º - A ABES manterá contabilidade única e centralizada na Sede, com o registro financeiro das operações realizadas nas Seções Estaduais e Subseções.

Parágrafo Único - A Diretoria, a seu critério, poderá fazer realizar inspeções de natureza contábil/financeira nas Seções Estaduais, por si ou por auditores.

Artigo 77º - As contas bancárias da ABES serão movimentadas pelo Presidente e pelo Tesoureiro-Geral, conjuntamente, ou por seus substitutos na forma deste Estatuto.

Artigo 78º - A aprovação das contas do exercício anterior pela Assembleia Geral eximirá os membros da Diretoria, do Conselho Diretor e do Conselho Fiscal, de qualquer responsabilidade relativamente a elas.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

[illegible]

Dos Congressos, Seminários e Encontros

Artigo 79º - Sob seus auspícios, com o apoio de suas Seções Estaduais, a ABES fará realizar, no mínimo a cada 2 (dois) anos, Congressos Brasileiros de Engenharia Sanitária e Ambiental, regulamentando-os, supervisionando-os e dirigindo-os. Concomitantemente, poderá promover feiras de tecnologias de saneamento ambiental, através da venda de espaços a empresas do Setor.

Artigo 80º - A ABES poderá, também, promover ou coordenar Congressos, Seminários, Simpósios e outros Encontros que digam respeito a assuntos ligados à Engenharia Sanitária e Ambiental.

Artigo 81º - A ABES desenvolverá todos os esforços necessários para cumprir as Resoluções e Recomendações dos Congressos, Seminários, Simpósios e outros Encontros que se desenvolverem sob sua responsabilidade.

CAPÍTULO II

Das Publicações

Artigo 82º - A ABES fará editar uma revista técnica, como seu órgão de divulgação permanente e, a critério da Diretoria Nacional e do Conselho Diretor, outras publicações, periódicas ou não, de interesse da Engenharia Sanitária e Ambiental.

CAPÍTULO III

Dos Prêmios

Artigo 83º - A ABES, por resolução do Conselho Diretor, expressa mediante votação secreta, pessoalmente ou por correspondência, com a concordância de, pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do total dos Conselheiros, poderá conceder o prêmio "Saturnino de Brito", a pessoas físicas ou jurídicas que tenham realizado trabalho técnico, científico ou de divulgação, considerado de reconhecido mérito e de importante contribuição ao desenvolvimento da Engenharia Sanitária e Ambiental.

Parágrafo Único - Ainda, por resolução do Conselho Diretor, poderá a ABES criar outros prêmios, com o nome de personalidades da Engenharia Sanitária e Ambiental, a serem concedidos a pessoas físicas ou jurídicas, nos termos deste Artigo.

Artigo 84º - As Seções Estaduais da ABES, por resolução dos Conselhos Consultivos, expressa mediante votação secreta, pessoalmente ou por correspondência, com a concordância de, pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do total dos Conselheiros, poderá conceder o prêmio "ABES" acrescido da sigla do Estado em referência, a pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado com trabalhos técnicos, científicos ou de divulgação, considerados de reconhecido mérito e de importante contribuição, em âmbito estadual, ao desenvolvimento da Engenharia Sanitária e Ambiental.

Artigo 85º - A seleção dos candidatos aos prêmios referidos nos artigos 83 e 84 e respectivo Parágrafo, far-se-á mediante regulamento próprio, estabelecido por comissões designadas, respectivamente, pelas Diretorias Nacional e das Seções Estaduais.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais

Da Representação no Sistema Confea/Crea

Artigo 86º - Os associados Efetivos-Individuais, pertencentes às áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea poderão ser escolhidos, por meio de eleição direta e secreta, para compor o Plenário do Crea como representante da ABES, desde que estejam adimplentes com o Sistema Confea/Crea e com a ABES.

Artigo 87º - Só poderão votar na escolha dos representantes da ABES para compor o Plenário do Crea e nas questões relacionadas ao Sistema Confea/Crea, os associados Efetivos-Individuais, pertencentes às áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, desde que estejam adimplentes com o Sistema Confea/Crea e com a ABES.

Artigo 88º - As eleições dos representantes da ABES para compor o Plenário do Crea serão estaduais e convocadas pelas Diretorias das Seções Estaduais onde houver disponibilidade de vaga de representante no Crea a que pertencer cada Diretoria de Seção Estadual.

Artigo 89º - As eleições dos representantes da ABES para compor o Plenário do Crea serão anuais, no 4º trimestre, sempre que houver disponibilidade de vaga de representante no Crea a que pertencer cada Diretoria de Seção Estadual com a participação restrita aos associados habilitados a votar, inscritos na respectiva Seção Estadual, podendo cada Seção Estadual definir seu calendário.

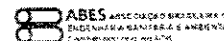
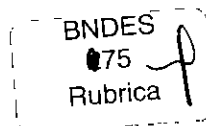
CAPÍTULO V

Da Dissolução

Artigo 90º - A ABES somente será dissolvida, por decisão da Assembleia Geral, especialmente convocada para tal fim, a que comparecerem pelo menos, $\frac{2}{3}$ (dois terços) do total dos associados quites com a Associação.

17

[illegible]



§1º - Decidida a dissolução, o patrimônio da ABES será doado a uma entidade técnico-científica relacionada com a Engenharia Sanitária e Ambiental, devidamente registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, a ser escolhida e aprovada pela maioria dos presentes, ainda na mesma Assembleia a que se refere este Artigo.

§2º - A Diretoria em exercício, na época da dissolução, ficará responsável pela entrega do patrimônio da ABES a entidade escolhida, na forma do Parágrafo anterior.

CAPÍTULO VI

Do Estatuto

Artigo 91º - Este Estatuto somente será alterado mediante aprovação do Conselho Diretor, referendada pela Assembleia Geral em reunião cujo edital inclua, especificamente, tal finalidade.

Parágrafo Único - As propostas de alteração do Estatuto serão de iniciativa de qualquer Associado, com encaminhamento pela Seção Estadual ou pela Diretoria Nacional, cabendo a esta última dar parecer sobre as propostas, para posterior apreciação pelo Conselho Diretor.

Artigo 92º - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação, cumpridas as formalidades legais e revogadas as disposições em contrário.

TÍTULO VIII

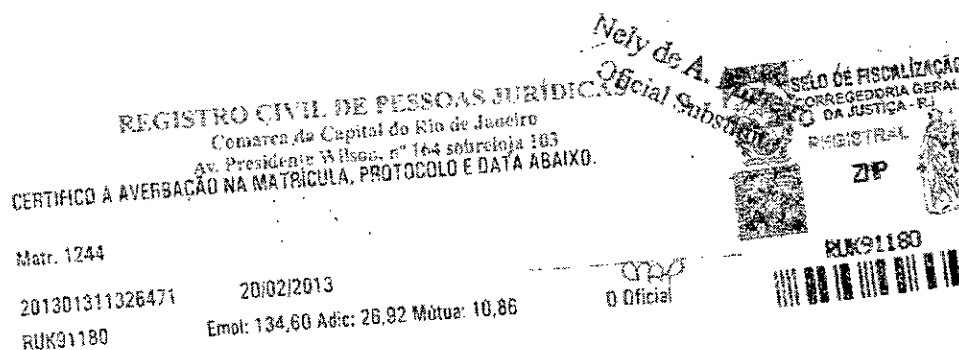
Disposições Transitórias

Artigo 93º - Até a aprovação do Regimento Interno da ABES, que deverá se dar dentro de 180 dias contados da aprovação deste Estatuto, fica o Conselho Diretor investido de poderes para decidir em assuntos de natureza regimental.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2012

Maria Isabel Puchagno Guimarães
Diretora Executiva da ABES

Dante Ragazzi Pauli
Presidente Nacional da ABES



17o OFICIO DE NOTAS - Tabeliao Carlos Alberto Firmeiro
 Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9300
 Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução
 original que foi apresentado. Cód. XXXXXXX99288. Conf. por:
 Rio de Janeiro, 04 de Junho de 2014.

CARTÓRIO DO 17º
 Rosângela Maria
 Ferreira
 Escrivente
 CAD/REG-94.04402
 2107-9300
 OFÍCIO DE NOTAS - RJ

Rosângela Maria Ferreira - Aut.
 Total
 EAGL-95529 AFD Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Gratuita	: 4.33
36% TJ+FUNDOS	: 1.33
Total	: 5.86

ATA DA 168ª REUNIÃO DO CONSELHO DIRETOR DA ABES

DATA: 30/08/2012
HORÁRIO: 14h30 às 16h00
LOCAL: Espaço APAS
Rua Pio XI, 1200 – Alto da Lapa
São Paulo – SP

*Confere com original.
Em 29.07.2014*

*Talia Guida
Advogada
GP/DEJUR/Gf*

Presentes: Cassilda Teixeira de Carvalho (MG); Ângela Sotero Bacelar (PE); Reinaldo Falcão (AL); Ana Elisabete Cavalcanti Jucá (PE); Livia Maria Dias (GO); Marisa Pignataro Sant'Anna (GO); José Vicente Granato de Araújo (GO); Edson Melo Filizzola (GO); Maura Francisca da Silva (GO); Mario César Guerino (GO); Mercia Luccas Resende (GO); Valdir Folgosi (SP); Maria Alice Mochel Piccolo (ES); Sandra Silva Pinto; Mônica Maria Perim de Almeida (ES); Luciomar Santos Werneck (SP); Luiz Henrique Cappellano (SP); Claudia Ruberg (SE); Sebastião R. Salvador (SC); Maria Geraldina Salgado (DF); José Benevenuto Vieira (PA); Juracino César de Oliveria (RO); Aurélio Picanço (TO); Carlos Ernando Silva (PI); Francisco Vieira Paiva (CE); Francisco André M. Pinto (CE); Ricardo Verde Selva (MS); Renavan Andrade Sobrinho (BA); Eduardo Pacheco Jordão (RJ); Edgard Faust Filho (PR); Ellen Martha Pritsch (RS); Cleverson Andreoli (PR); Antonio Carlos Gerardi (PR); Márcio Tadeu Pedrosa (MG); Margareth Vasata (RS); Maria Lucia B. Coelho Silva (RS); Miguel Mansur Aisse (PR); Nelson Luiz Rodrigues Nucci (SP); Kasuyoshi Carlos Massuyana (SP); José Almir Rodrigues Pereira (PA); Cícero Onofre de Andrade Neto (RN); Arlindo Sales Pinto (AM); Josivan Cardoso Moreno (rn); Maria Geny Formiga de Farias (RN); Suzan Lannes de Andrade (MT); Raimundo Nonato Medeiros da Silva (MA); José Aurélio Boranga (SP); Maria do Carmo Sobral (PE); Maria Cristina A.Cabral Schembri (MG); Célia Regina Alves Rennó (MG); Álvaro José Menezes da Costa (AL); Claudia Coutinho Nóbrega (PB); Regia Lucia Lopes (RN); Walter Pinto Costa (RJ); Dante Ragazzi Pauli (SP); Nestor Esteves Lima (SP); Junia Mara Lopes (MG); Nanci Begnini Giugno (RS); Helio Augusto Machado Pessoa (PE); Amauri Polachi (SP); José Carlos Vieira (SP); Maria Isabel Pulcherio Guimarães (RJ); Paulo César Barbosa Pereira (MS); Haroldo Bezerra (PA); Ronaldo Resende (MG).

Ausências justificadas: José Alfredo Charnaux Sertã (RJ); Anna Virginia Muniz Machado (RJ); Vera Nobre Braz (PA); Emiliano Silva Santiago (BA); Emanuel Siveira Mendonça (BA); Hubert Brant Moraes (MG); Álvaro Cantanhede (RJ); Maria Mercedes Bendati (RS).


1 – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior – A ata, enviada anteriormente à todos os conselheiros é aprovada. **2 – Panorama da Presidente** – A Presidente Cassilda inicia seu panorama destacando a importância do Planejamento Estratégico, que estabeleceu as metas que nortearam sua administração. Dentro dos objetivos, destaca a trabalho intenso realizado para a reativação das seções que estavam inativas, e da importância de manter a representação da ABES em todo o território nacional, além do lançamento de projetos estruturantes, como o Jovem Profissional do Saneamento, além do aumento expressivo do número de associados, que passou de 2432 para 4.640. A Presidente destaca ainda a

importância da implantação do Sistema ABES de Gestão, ferramenta imprescindível para padronizar e otimizar o trabalho realizado pela ABES. Comenta ainda a profissionalização do corpo funcional da ABES, hoje mais capacitado para exercer de maneira profissional suas atribuições. A Presidente agradece à todos o apoio recebido durante os quatro anos em que esteve à frente da ABES. **3 – Relatório Diretora Executiva** – A Diretora Executiva Maria Isabel apresenta ao Conselho a estrutura atual da ABES, que é composta por uma diretoria executiva e duas coordenações técnicas. A seguir, detalha as atribuições de cada coordenadoria. Maria Isabel tece algumas considerações sobre as publicações da ABES, em especial sobre a Revista Engenharia Sanitária e Ambiental, que passou por um processo de modernização, utilizando atualmente um software específico para editoração de revistas científicas. A migração para este novo sistema do SCIELO ocasionou um atraso na publicação, que entretanto estará até o final do exercício com sua periodicidade regularizada. Informa ainda a Diretora Executiva que a RESA está com sua classificação junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES no nível A 2, maior grau conferido a um periódico nacional. **4 – Homologação do Resultado das Eleições Gerais – Biênio 2012/2014** - A Diretora Executiva Maria Isabel lê o Parecer da Comissão Coordenadora Nacional das Eleições Gerais encaminhado à Diretoria Nacional com parecer favorável à aprovação do processo eleitoral. Os resultados obtidos demonstram que exerceram o direito de voto 560 (quinhentos e sessenta) associados, registrando-se ainda 19 (dezenove) votos em branco e 34 (trinta e quatro) nulos. Para a Diretoria Nacional, concorreu a chapa “Atitude e Resultados, tendo a votação ocorrido unicamente pela internet. O candidato independente Cícero Onofre de Andrade Neto foi o mais votado, obtendo 241 (duzentos e quarenta e um) votos. Para o Conselho Fiscal, o candidato mais votado, Haroldo Bezerra, obteve 322 (trezentos e vinte e dois votos). De acordo com as Normas para Realização das Eleições Gerais e Posse dos Eleitos e com o Estatuto em vigor, foram eleitos 11 (onze) sócios para a Diretoria Nacional, 5 (cinco) para integrarem o Conselho Fiscal, dentre os mais votados nominalmente, e 30 (trinta) para compor o Conselho Diretor, obedecida a ordem decrescente dos votos recebidos, permanecendo 09 (nove) como suplentes. Foram eleitos os seguintes associados, com base no disposto no Título V - Das Eleições, artigos 61 a 70 do Estatuto, com mandato de 30 de agosto de 2012 até a eleição e posse da nova Diretoria Nacional, Conselho Diretor e Conselho Fiscal. **1 – DIRETORIA NACIONAL** – Presidente: Dante Ragazzi Pauli (SP); Vice Presidente: Álvaro José Menezes da Costa (AL); Secretário-Geral: Marcio Tadeu Pedrosa (MG); Secretário Geral Adjunto: Miguel Mansur Aisse (PR); Tesoureiro-Geral: Paulo Cesar Quintanilha (RJ); Tesoureiro Geral Adjunto: Roberval Tavares de Souza (SP); Diretor Região Norte: José Almir Rodrigues Pereira (PA); Diretor Região Centro Oeste: Edson Melo Filizzola (GO); Diretora Região Nordeste: Claudia Coutinho Nóbrega (PB); Diretora Região Sudeste: Maria Cristina Alves Schembri (MG); Diretora Região Sul: Maria Lucia Bernardes Coelho Silva (RS). **CONSELHO FISCAL** – Efetivos: Haroldo Costa Bezerra (PA) – 322 votos; José Vicente Granato de Araújo (GO) – 301 votos; Miguel Fernandez y Fernandez (RJ) – 295 votos. Suplentes: José Lucio Lima Machado (BA) – 292 votos; Sandro Adriani Camargo (RS) – 279 votos. **CONSELHO DIRETOR** – Efetivos: Cícero Onofre de Andrade Neto (RN) – 241 votos; Ellen Martha Pritsch (RS) – 212 votos; Anna Virginia Muniz Machado (RJ) – 206 votos; Silvio Leifert (SP) – 181 votos; Cleverson Vitório Andreoli (PR) – 179 votos; Junia Mara Lopes (MG) – 171 votos; Marisa Pignataro de Sant’Anna (GO) – 166 votos; Maria do Carmo Martins Sobral (PE) – 163 votos; José Eduardo Gobbi (SP) – 162 votos; Maria Alice Mochel Piccolo (ES) – 158 votos;

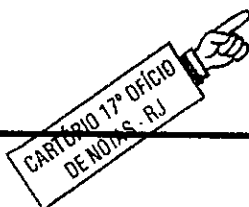
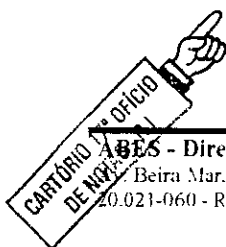
Suzana Maria de Conto (RS) – 157 votos; Jose Carlos Vieira (SP) – 153 votos; Maura Francisca da Silva (GO) – 151 votos; Regia Lucia Lopes (RN) – 147 votos; Ronaldo Resende Pereira (MG) – 144 votos; Kasuyoshi Carlos Massuyma (SP) – 140 votos; Sergio Bezerra Pinheiro (RN) – 140 votos; Sergio Antonio Gonçalves (DF) – 138 votos; Nestor Esteves Lima (SP) – 134 votos; Luiz Henrique Cappellano (SP) – 134 votos; Geraldo Antonio Reichert (RS) – 133 votos; Ricardo Augusto Simões Campos (MG) – 132 votos; Margareth Vasata Macchi Silva (RS) – 129 votos; Maria Mercedes de Almeida Bendati (RS) – 129 votos; Cícero de Carvalho Monteiro (BA) – 126 votos; Valdir Folgosi (SP) – 126 votos; Darci Zanini (RS) – 123 votos; Paulo Cesar Barbosa Pereira (MS) – 119 votos; Raphael Tobias de V.Barros (MG) – 116 votos; Helio Augusto Machado Pessoa (PE) – 114 votos. **Suplentes:** Manuel Leite Zurita (RS) – 112 votos; Ricardo de Castro Martins Vieira (AL) – 108 votos; Luiz Fernando de Abreu Cybis (RS) – 108 votos; Jessé Mota de Carvalho Filho (BA) – 102 votos; Adriano Gama Alves (RJ) – 101 votos; Nilton de Oliveira Matos (SE) – 95 votos. Em seguida, a Secretária Geral Adjunta, Ângela Bacelar, submete à consideração do Conselho Diretor, minuta de resolução sobre o processo eleitoral levado a efeito. Colocada em discussão, e em seguida em votação, a resolução é aprovada.

Resolução do Conselho Diretor Nº 01/12-CD - (Ref. Item 4.0 da 168ª Reunião Ordinária de 30/08/2012)

O Conselho Diretor da ABES **DELIBERA:** 1 - **Considerar** eleitos e empossados, nos seus devidos cargos os candidatos vencedores, a partir de 16 de setembro de 2012, de acordo com o resultado das eleições realizadas de 14 a 15 de Junho de 2012, constantes do Relatório da Comissão Coordenadora Nacional das Eleições Gerais - Biênio 2012/2014; 2 - **Delegar** à Diretoria Nacional as demais providências de comunicação aos interessados. **ASSUNTOS GERAIS** – O Presidente da ABES Ceará, Francisco Paiva, relata que conforme decidido na última reunião do Conselho Diretor, buscou informações sobre a possibilidade da ABES ter assento nos CREAs. Relata, juntamente com o Tesoureiro da Seção, Francisco André as providências que deverão ser tomadas para que as seções estaduais possam participar, incluindo algumas alterações no Estatuto da ABES. A Presidente Cassilda solicita que as informações mais detalhadas sejam encaminhadas à Diretora Executiva Maria Isabel, para envio às demais seções e discussão na próxima reunião do Conselho. O Presidente da ABES Rio Grande do Norte, Josivan Moreno, agradece em nome dos demais presidentes das seções o apoio recebido durante a gestão da Presidente Cassilda, considerando que houve um avanço na integração entre a Sede e as Seções. Solicita ainda ao Presidente Eleito Dante que busque também o fortalecimento das seções. A Presidente da Seção Sergipe, Claudia Ruberg fala sobre o bem sucedido evento sobre resíduos sólidos realizado naquela Seção, e cita também o expressivo aumento do número de sócios no Estado. Os Presidentes das Seções Rio Grande do Sul e Paraná, Nanci Giugno e Edgard Faust respectivamente, reiteram a importância da participação das Seções nos CREAs. A Presidente Cassilda encerra a reunião, e dá início a Assembléia Geral Ordinária. E nada mais havendo a tratar, é encerrada a reunião, da qual é lavrada a presente Ata. São Paulo, 30 de agosto de 2012.


Ângela Sotero Bacelar
Secretária Geral Adjunta


Cassilda Teixeira de Carvalho
Presidente Nacional





QUALIFICAÇÃO DOS ELEITOS PARA A ABES DIRETORIA NACIONAL

Biênio 2012/2014

DIRETORIA NACIONAL

Nome: Dante Ragazzi Pauli

Cargo: Presidente

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro Civil

Estado Civil: Casado

CPF: 049.839.428-07

Identidade: 9.403.569-6

Endereço Comercial: Rua Nicolau Gagliardi, 313, Pinheiros SP 05429-100

Endereço Residencial: Rua Profª Carolina Ribeiro, 233 apto 92 Vila Mariana SP 04116-020

Telefone Comercial: 011-3388-8488

Telefone Residencial: 011-5575-2384

Telefone Celular: 011-98685-2651

E-mail: drpauli@sabesp.com.br

BNDES

79

Rubrica

Nome: Álvaro José Menezes da Costa

Cargo: Vice Presidente

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro Civil

Estado Civil: Casado

CPF: 140.115.494-87

Identidade: 263.638

Endereço Comercial: Rua Barão de Atalaia, 200 Centro Maceió, AL 57020-510

Endereço Residencial: Rua Tatajuba, 40 Lot Jardim do Horto Gruta de Lourdes, Maceió, AL 57052-570

Telefone Comercial: 082-3315-3055

Telefone Residencial: 082-3338-1917

Telefone Celular: 082-9608-7956

E-mail: ajmcsb@gmail.com

Nome: Claudia Coutinho Nóbrega

Cargo: Diretor Região Nordeste

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Engenheira Civil

Estado Civil: Solteira

CPF: 488.794.954-53

Identidade: 985.595

Endereço Comercial: Universidade Federal da Paraíba Campus 1 s/n - João Pessoa, PB

Endereço Residencial: Rua Oceano Índico, 26/201 - Intermare Cabedelo, PB

Telefone Comercial: 83-3216-7684

Telefone Residencial: 83-3248-2188

Telefone Celular: 83-9983-7483

E-mail: claudiacn@uol.com.br



Nome: Edson melo Filizzola
Cargo: Diretor Região Nordeste
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro Civil
Estado Civil: Casado
CPF: 320.551.291-04
Identidade: 3535/D
Endereço Comercial: Av. Fued Jose Sebba, 1245 Jd Goiás Goiânia, GO 74805-100
Endereço Residencial: Rua C- 181 nº 75 ap 200 ST Nova Suíça Goiânia GO 74280-315
Telefone Comercial: 62-3243-3210
Telefone Residencial: 62-3259-3480
Telefone Celular: 62-9975-6584
E-mail: filizzola@saneago.com.br

BNDES
80
Rubrica

Nome: Maria Lucia Bernardes Coelho Silva
Cargo: Diretor Região Sul
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Engenheiro Químico
Estado Civil: Casada
CPF: 184.032.200-49
Identidade: 100754831-4
Endereço Comercial: Rua Carlos Chagas, 55 sala 707 Centro Porto Alegre RS 90030-020
Endereço Residencial: Vicente da Fontoura, 2059/602 Santa Cecilia Porto Alegre, RS 90640-003
Telefone Comercial: 51-3288-9518
Telefone Residencial: 51-3331-3866
Telefone Celular: 51-9806-7716
E-mail: mlucia.coelhosilva@gmail.com

Nome: Maria Cristina Alves Cabral Schembri
Cargo: Diretor da Região Sudeste
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Engenheira
Estado Civil: Solteira
CPF: 311.625.686-15
Identidade: 2.390.285
Endereço Comercial: Rua Mar de Espanha, 453 Santo Antonio Belo Horizonte MG 30330-270
Endereço Residencial: Rua Joaquim Lustosa, 12 ap 301 Anchieta Belo Horizonte MG 30310-410
Telefone Comercial: 031-3250-1542
Telefone Residencial: 031-
Telefone Celular: 031-9816-5411
E-mail: cristina.schembri@copasa.com.br

Nome: Marcio Tadeu Pedrosa
Cargo: Secretário geral
Nacionalidade: brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Casado
CPF: 230.324.486-20
Identidade: M-224.116
Endereço Comercial: Rua Mar de Espanha, 525 Santo Antonio Belo Horizonte MG 30330-270
Endereço Residencial: Rua Corinto, 114 apt 402 Serra Belo Horizonte MG 30220-310
Telefone Comercial: 31-3250-2027
Telefone Residencial: 31-3227-7611
Telefone Celular: 31-9994-0558
E-mail: marciotp@hotmail.com



Nome: Miguel Mansur Aisse
Cargo: Secretário Geral Adjunto
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Professor
Estado Civil: Casado
CPF: 307.807.139-15
Identidade: 895.418-6

Endereço Comercial: DHS/TC/UFPR- Universidade Federal do Paraná – Centro Politécnico 81.531-990 Curitiba
Endereço Residencial: Rua Alberto Folloni, 104 apto 601 Juveve 80530-300 Curitiba - PR
Telefone Comercial: 41-3361-3144
Telefone Residencial: 41-3252-6660
Telefone Celular: 41-9107-6671
E-mail: Miguel.dhs@ufpr.br

13 11 14 BNDES
81
Rubrica

Nome: Roberval Tavares de Souza
Cargo: Tesoureiro Geral Adjunto
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Solteiro
CPF: 108.543.688-84
Identidade: 19.409.159-4

Endereço Comercial: Rua Graham Bell, 647 Alto da Boa Vista São Paulo
Endereço Residencial: Rua Loureiro da Cruz, 354 apto 53 Aclimação São Paulo 01529-020
Telefone Comercial: 11-5682-2702
Telefone Residencial: 11-5682-2702
Telefone Celular: 11-98685-2581
E-mail: rtsouza@sabesp.com.br

Nome: Paulo Cesar Quintanilha
Cargo: Tesoureiro Geral
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro Sanitarista
Estado Civil: Casado
CPF: 206.697.507-30
Identidade: 2918605

Endereço Comercial: Av. Presidente Vargas, 2655 Cidade Nova RJ
Endereço Residencial: Rua Vicente Scofano, 66 apto 202 Recreio do Bandeirantes RJ 22790-410
Telefone Comercial: 21-2126-7154
Telefone Residencial: 21- 3150-9096
Telefone Celular: 21-7815-0928
E-mail: pcquinta2004@gmail.com



CONSELHO FISCAL

Nome: Haroldo Costa Bezerra
Cargo: Conselho Fiscal
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Solteiro
CPF: 024.685.732-34
Identidade: 5710130
Endereço Comercial: Rua Farias de Brito, 22 São Braz Belém PA
Endereço Residencial: Rua Dom Romualdo de Seixas, 1302/1101 Belém PA 66055-200
Telefone Comercial: 91-3229-3588
Telefone Residencial: 91-3225-2787
Telefone Celular: 91-8712-4688
E-mail: hbbezerra@hotmail.com

BNDDES
882
Rubrica

Nome: José Vicente Granato de Araújo
Cargo: Conselho Fiscal
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro Civil
Estado Civil: casado
CPF: 211.893.821-72
Identidade: 637.904
Endereço Comercial: Av. Fued José Sebba, 1245 Jardim Goiás, GO 74805-100
Endereço Residencial: Rua T58, 339 casa 06 Setor Bueno Goiânia GO 74223-130
Telefone Comercial: 62-3285-5860
Telefone Residencial: 62-8401-2688
Telefone Celular: 62-9975-8639
E-mail: jvgranato@yahoo.com.br

Nome: Miguel Fernandez y Fernandez
Cargo: Conselho Fiscal
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil:
CPF: 037.454.737-87
Identidade: 18676
Endereço Comercial: Rua Evaristo da Veiga, 55/1510 Rio de Janeiro, RJ 20031-040
Endereço Residencial: Rua Evaristo da Veiga, 55/1510 Rio de Janeiro, RJ 20031-040
Telefone Comercial: 21-2240-5429
Telefone Residencial: 21-2262-1447
Telefone Celular: 21-8884-6884
E-mail: miguel12@aquacon.com.br



Nome: José Lucio Lima Machado

Cargo: Conselho Fiscal

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro Civil

Estado Civil:

CPF: 056.030.725-04

Identidade: 557.463-30

Endereço Comercial: Rua Manoel Gomes de Mendonça, 305/1301 Salvador BA 41830-380

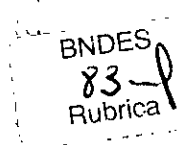
Endereço Residencial: Rua Manoel Gomes de Mendonça, 305/1301 Salvador BA 41830-380

Telefone Comercial: 71-3617-8602

Telefone Residencial: 71-3326-1491

Telefone Celular: 71-8169675

E-mail: joselucio13@hotmail.com



Nome: Sandro Adriani Camargo

Cargo: Conselho Fiscal

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Biólogo

Estado Civil:

CPF: 450.365.350-49

Identidade: 102893127-5

Endereço Comercial: rua Caldas Junior 120 Porto Alegre, RS 90010-260

Endereço Residencial: Rua Ernesto Silva 100/503 Morro Espelho São Leopoldo RS 93046-740

Telefone Comercial: 51-3589-4430

Telefone Residencial: 51-3215-5709

Telefone Celular: 51-9986-9093

E-mail: sandro.camargo@corsan.com.br



CONSELHO DIRETOR

Nome: Adriano Gama Alves
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Casado
CPF: 856.660.507-10
Identidade: 06605911-4
Endereço Comercial: Rua Euclides da Cunha 81
Endereço Residencial: Rua Agripina Guimarães 115 Campo grande RJ
Telefone Comercial: 21-2332-4773
Telefone Residencial: 21-2413-1554
Telefone Celular: 21-7820-0319
E-mail: adrianogama@globo.com

BNDIS

844
Rubrica

Nome: Anna Virginia Muniz Machado
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Engenheira
Estado Civil:
CPF: 475.282.067-68
Identidade: 43786-D
Endereço Comercial: Rua Domingues de Sá, 246/1001 Niterói RJ 24220-091
Endereço Residencial: Rua Domingues de Sá, 246/1001 Niterói RJ 24220-091
Telefone Comercial: 21-2710-4988
Telefone Residencial: 21-2710-4988
Telefone Celular: 21-8112-3070
E-mail: annav.machado@gmail.com

Nome: Cícero de Carvalho Monteiro
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Casado
CPF: 245.164.145-20
Identidade: 0159757460
Endereço Comercial: Av. Luiz Viana Filho, 300 3ª Avenida Salvador BA 41745-005
Endereço Residencial: Av. Euclides da Cunha, 324/703 Graça Salvador BA 40150-120
Telefone Comercial: 71-3115-8159
Telefone Residencial: 71-3341-1380
Telefone Celular: 71-9988-0298
E-mail: ciceromonteiro@yahoo.com.br

Nome: Cícero Onofre de Andrade Neto
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: casado
CPF: 057.129.394-87
Identidade: 134012
Endereço Comercial: Depto Engenharia Civil campus Central da UFRN Natal RN 59072-970
Endereço Residencial: Rua Miguel Alcides de Araújo, 1893 Natal RN 59078-270
Telefone Comercial: 84-3215-3775 ramal 203
Telefone Residencial: 84-3217-6173
Telefone Celular: 84-9981-3042
E-mail: Cícero@et.ufrrn.br

10 11 12

BNDIS

85

Rubrica

Nome: Cléverson Vítório Andreoli

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: brasileiro

Profissão: Engenheiro

Estado Civil: casado

CPF: 201.356.619-00

Identidade: 1149641-5

Endereço Comercial: Engenheiros Rebouças nº 1376, Rebouças, Curitiba - PR

Endereço Residencial: R. Juvenal Galeno nº 64, Jardim Social, Curitiba - PR CEP: 82.520-030

Telefone Comercial: 41-3262-9073

Telefone Residencial: 41-3262-9073

Telefone Celular: 41-9997-9007

E-mail: c.andreoli@sanepar.com.br

Nome: Darci Zanini

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro

Estado Civil: casado

CPF: 281.293.500-68

Identidade: 11/R655360

Endereço Comercial: Rua da Praia, 50 Bairro Rio dos Sinos São Leopoldo

Endereço Residencial: Rua João Neves da Fontoura, 1212 Centro São Leopoldo

Telefone Comercial: 51-3526-6800

Telefone Residencial: 51-3592-5977

Telefone Celular: 51-9666-2068

E-mail: zanini@saoleopoldo.rs.gov.br

Nome: Ellen Martha Pritsch

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Engenheira

Estado Civil: Solteira

CPF: 237.637.280-15

Identidade: 5005176028

Endereço Comercial: Rua Palermo, 257 Santa Isabel Viémão RS

Endereço Residencial: Rua João Obino, 229/601 Porto Alegre RS 90470-150

Telefone Comercial: 51-3493-6888

Telefone Residencial: 51-3338-0714

Telefone Celular: 51-9986-0901

E-mail: ellen@bioensaio.com.br

Nome: Geraldo Antonio Reichert

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro

Estado Civil: Casado

CPF: 558.552.100-49

Identidade: 4030084687

Endereço Comercial: Av. da Azenha 631 Porto Alegre RS

Endereço Residencial: Av. Vicente Monteggia, 2000 casa 16 Porto Alegre RS

Telefone Comercial: 51-3289-6885

Telefone Residencial: 51-3266-7907

Telefone Celular: 51-9222-4143

E-mail: gareichert@cpovo.net



Nome: Hélio Augusto Machado Pessoa

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro Civil

Estado Civil: Casado

CPF: 001.041.754-00

Identidade: 2183569

Endereço Comercial: Rua Xavier Marques, 94 Afritos Recife PE 52050-230

Endereço Residencial: Rua Xavier Marques, 94 Afritos Recife PE 52050-230

Telefone Comercial: 81-34271544

Telefone Residencial: 81-3427-1544

Telefone Celular: 81-87266252

E-mail: helio.machado@engeconsult.com.br

BNDES

86

Rubrica

Nome: Jessé Motta Carvalho Filho

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro

Estado Civil: Casado

CPF: 148.709.165-68

Identidade: 0062022091

Endereço Comercial: Av. Edgar Santos, 936 Narandiba BA 41192-005

Endereço Residencial: Rua Mangalô, 277/703 Patamares, BA

Telefone Comercial: 71-3117-3408

Telefone Residencial: 71-3367-4452

Telefone Celular: 71-9983-4997

E-mail: Jesse.carvalhoFilho@hotmail.com

Nome: José Almir Rodrigues Pereira

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro Sanitarista

Estado Civil: Casado

CPF: 186.075.002-87

Identidade: 1621647

Endereço Comercial: Rua Augusto Corrêa, 1 Guamá - 66075-110 Belém Pará

Endereço Residencial: Rua dos Pariquis, 1838/802 Batista Campos Belém PA 66033-590

Telefone Comercial: 91-3241-5706

Telefone Residencial: 91-3252-2672

Telefone Celular: 91-9112-7707

E-mail:

Nome: José Carlos Vieira

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro

Estado Civil: viúvo

CPF: 498.977.648-87

Identidade: 55190170

Endereço Comercial: Rua Najatu, 72 - Vila Santana - Bairro da Penha - SP - CEP 03613-050

Endereço Residencial: Rua Luziânia, 430 - Jd. Nordeste - CEP 03691-050

Telefone Comercial: 11-2681-3956

Telefone Residencial: 11-986851541

Telefone Celular: 11-970695794

E-mail: jcvieira@sabesp.com.br

ABES - Direção Nacional

Av. Beira Mar, 216 / 13º andar - Castelo
20.021-060 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2277-3900

Fax.: (21) 2262-6838

E-mail: maria.isabel@abes-dn.org.br



10 11 12

BNDES
#87
Rubrica

Nome: José Eduardo Gobbi
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Casado
CPF: 032.476.048-55
Identidade: 12178298-0

Endereço Comercial: Rod Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, km 65,2 CEP 13200-970 Jundiaí SP
Endereço Residencial: Rua Artur de Azevedo, 166 Apto 11 Bloco Classic 05404-000 São Paulo SP
Telefone Comercial: 11-4589-4800
Telefone Residencial: 11-3062-5998
Telefone Celular: 11-98147-0666
E-mail: j.gobbi@uol.com.br

Nome: Junia Mara Lopes
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Administradora
Estado Civil: Casada
CPF: 418.375.256-68
Identidade: M2288961

Endereço Comercial: Rua Mar de Espanha, 525 Santo Antonio Belo Horizonte MG 30330-270
Endereço Residencial: Rua Eng Alberto Scharlet, 200 apto 504 Belo Horizonte MG 30380-370
Telefone Comercial: 31-3344-5755
Telefone Residencial: 31-3250-1841
Telefone Celular: 31-9752-5755
E-mail: Junia.lopes@copasa.com.br

Nome: Kasuyoshi Carlos Massuyama
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Casado
CPF: 956.195.348-04
Identidade: 6062299

Endereço Comercial: Rua das Azáleas, 323 Mirandópolis SP
Endereço Residencial: Rua Ibituruna 132/82 Saúde SP
Telefone Comercial: 11-3624-5334
Telefone Residencial: 11-5589-5773
Telefone Celular: 11-99764-4492
E-mail: argoseng@uol.com.br

Nome: Luiz Fernando de Abreu Cybis
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Professor
Estado Civil: Casado
CPF: 381.797.920-72
Identidade: 7012060989

Endereço Comercial: Av. Bento Gonçalves, 9500 Porto Alegre RS 91501-970
Endereço Residencial: Rua Manajo, 52 casa 2 Assunção Porto Alegre RS 91900-620
Telefone Comercial: 51-33086564
Telefone Residencial: 51-32646784
Telefone Celular: 51-99550549
E-mail: lfcybis@iph.ufrgs.br



Nome: Luiz Henrique Cappellano
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro Civil
Estado Civil: Casado
CPF: 137.333.218-20
Identidade: 16768688-4
Endereço Comercial: Av. do Estado, 561 São Paulo SP
Endereço Residencial: Av. das Videiras, 50 Vinhedo São Paulo 1328-000
Telefone Comercial: 11-3388-6946
Telefone Residencial: 11-3388-6059
Telefone Celular: 11-3388-6307
E-mail: lhcapellano@sabesp.com.br

BNDES
188
Rubrica

Nome: Manuel Luiz Leite Zurita
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Casado
CPF: 530692348-87
Identidade: 1002695086
Endereço Comercial: Rua Prof. Cristiano Fischer, 181 /802
Endereço Residencial: Rua Prof. Cristiano Fischer, 181 /802
Telefone Comercial: 51-3307-4810
Telefone Residencial: 51-3307-4810
Telefone Celular: 51-9967-2261
E-mail: lzurita@terra.com.br

Nome: Margareth Vasata Macchi Silva
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Engenheira
Estado Civil: Casada
CPF: 335.039.580-53
Identidade: 2022517664
Endereço Comercial: Av. Borges de Medeiros, 1501 9º andar
Endereço Residencial: Rua Marques de Pombal, 139/502
Telefone Comercial: 51-3288-1401
Telefone Residencial: 51-3222-5616
Telefone Celular: 51-9806-1583
E-mail: margavasata@gmail.com

Nome: Maria Alice Mochel Piccolo
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Engenheira
Estado Civil: Casada
CPF: 050.032.703-30
Identidade: 407984
Endereço Comercial: Rua Dr. Eurico de Aguiar 35/1301 Sta Helena
Endereço Residencial: Rua Dr. Eurico de Aguiar 35/1301 Sta Helena
Telefone Comercial: 27-3227-3100
Telefone Residencial: 27-3227-3100
Telefone Celular: 27-8806-1411
E-mail: malicepiccolo@gmail.com



Nome: Maria do Carmo Martins Sobral

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Engenheira

Estado Civil: Solteira

CPF: 080.392.914-53

Identidade: 866592

Endereço Comercial: Rua Acadêmico Helio Ramos s/n Cidade Universitária Recife PE 50740-530

Endereço Residencial: Rua Capitão Rebelinho, 676/901 Pina Recife PE 51011-000

Telefone Comercial: 81-2126-8744

Telefone Residencial: 81-3341-1563

Telefone Celular: 81-9113-1563

E-mail: msobral@ufpe.br

BNDDES

189

Rubrica

Nome: Maria Mercedes de Almeida Bendati

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Bióloga

Estado Civil: Casada

CPF: 394.261.220-87

Identidade: 7006017136

Endereço Comercial: Rua Cervantes, 65/201 Porto Alegre RS 90690-020

Endereço Residencial: Rua Cervantes, 65/201 Porto Alegre RS 90690-020

Telefone Comercial: 51-3289-2451

Telefone Residencial: 51-3339-8729

Telefone Celular: 51-9999-8729

E-mail: mbendati@gmail.com

Nome: Marisa Pignataro de Sant'Anna

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Engenheira Civil

Estado Civil: Casada

CPF: 294.990.891-87

Identidade: 3069/D

Endereço Comercial: Rua 82 nº 400 1º andar setor Central Goiânia GO 74015-908

Endereço Residencial: Rua S-4 nº 20 apto 1300 Setor Bela Vista Goiânia GO 74823-450

Telefone Comercial: 62-3201-5128

Telefone Residencial: 62-3941-9632

Telefone Celular: 62-8418-1896

E-mail: marisa@saneago.com.br

Nome: Maura Francisca da Silva

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Engenheira

Estado Civil: Casada

CPF: 412.728.111-15

Identidade: 1433148

Endereço Comercial: Av. Fued José Sebba, 570 Goiânia GO

Endereço Residencial: Rua T36 2535 apto 601 Setor Bueno Goiânia GO

Telefone Comercial: 62-3243-3288

Telefone Residencial: 62- 3088-1998

Telefone Celular: 62-8421-6288

E-mail: maura@saneago.com.br



Nome: Nestor Esteves Lima

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro

Estado Civil: Casado

CPF: 829.471.398-87

Identidade: 5060243441

Endereço Comercial: Rua Benjamim Constant, 1980 Suzano SP 08674-010

Endereço Residencial: Trav. Carlos Farina, 02 Penha SP 03641-030

Telefone Comercial: 11-4746-5301

Telefone Residencial: 11-2647-1934

Telefone Celular: 11-98684-6720

E-mail: nlima@sabesp.com.br

BNDES

90

Rubrica

Nome: Nilton Oliveira Matos

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Químico

Estado Civil: Casado

CPF: 045.218.035-04

Identidade: 134.829

Endereço Comercial: Rua Campo do Brito 331 Sergipe Aracaju

Endereço Residencial: Rua Dr. Lauro Dantas Hora, 36 Aracaju SE

Telefone Comercial: 79-3226-1095

Telefone Residencial: 79-3214-0231

Telefone Celular: 79-9978-7129

E-mail: nilton@deso-se.com.br

Nome: Paulo Cesar Barbosa Pereira

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro Civil

Estado Civil: Casado

CPF: 107.958.981-34

Identidade: 040719

Endereço Comercial: Rua São Paulo, 526 / 1201 Monte Castelo Campo Grande, MS 79010-050

Endereço Residencial: Rua Doutor Arthur Jorge, 2523 Monte Castelo Campo Grande, MS 79010-210

Telefone Comercial: 67-3356-5242

Telefone Residencial: 67-3324-3037

Telefone Celular: 67-8402-5760

E-mail: paulo@quiron.eng.br

Nome: Raphael Tobias de V. Barros

Cargo: Conselho Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Profissão: Engenheiro

Estado Civil: casado

CPF: 407.454.306-00

Identidade: M1411143

Endereço Comercial: Av. Antonio Carlos 6627 Escola de Engenharia Bloco 1 sl4624

Endereço Residencial: Rua Eng. Fernando Halfeld 154 Belo Horizonte MG 30210-000

Telefone Comercial: 31-3409-1926

Telefone Residencial: 31-3221-2259

Telefone Celular: 31-8459-3187

E-mail: raphael@desa.ufmg.br

ABES - Direção Nacional

Av. Beira Mar, 216 / 13º andar - Castelo

20.021-060 - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2277-3900

Fax.: (21) 2262-6838

E-mail: maria.isabel@abes-dn.org.br



Nome: Regia Lucia Lopes
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Engenheira Civil
Estado Civil: Casada
CPF: 379.560.944-53
Identidade: 593.994

Endereço Comercial: Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692 Tirol Natal/RN 59015-300
Endereço Residencial: Rua Presb. Porfirio Gomes da Silva, 1496 Capim Macio Natal - RN 59082-420
Telefone Comercial: 84-4005-0779
Telefone Residencial: 84-3642-2594
Telefone Celular: 84-8869-9409
E-mail: regialopes@hotmail.com

BNDES
#91
Rubrica

Nome: Ricardo Augusto Simões Campos
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro Civil
Estado Civil: Casado
CPF: 236.124.106-44
Identidade: 186.945

Endereço Comercial: Mar de Espanha, 525 Santo Antonio Belo Horizonte MG 30330-270
Endereço Residencial: Rua Alvarenga Peixoto, 279/601 Lourdes Belo Horizonte MG 30180-120
Telefone Comercial: 31-32502015
Telefone Residencial: 31-3250-2015
Telefone Celular:
E-mail: ricardo.simoes@copasa.com.br

Nome: Ricardo de Castro Martins Vieira
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil:
CPF: 194.971.216-87
Identidade: M-703.228
Endereço Comercial: Rua Professor Carlos Sampaio, 30 Centro Maceió, AL 57020-471
Endereço Residencial: Rua José Sampaio Luz, 267/704 Ponta Verde Maceió AL 57035-260
Telefone Comercial: 82-3231-6429
Telefone Residencial: 82-3221-4070
Telefone Celular: 82-8854-6429
E-mail: ricardo.vieira@secti.al.gov.br

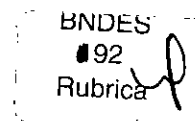
Nome: Ronaldo Resende Pereira
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Economista
Estado Civil: Casado
CPF: 203.336.176-49
Identidade: 773472

Endereço Comercial: Rua Mar de Espanha, 525 Belo Horizonte, MG 30330-900
Endereço Residencial: Rua Leopoldina, 770/602 Belo Horizonte, MG 30330-230
Telefone Comercial: 31-3250-1842
Telefone Residencial: 31-3221-5727
Telefone Celular: 31-9684-5767
E-mail: ronaldo.resende@copasa.com.br



Nome: Sergio Antonio Gonçalves
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Casado
CPF: 025.571.488-22
Identidade: 12372388

Endereço Comercial: Rua Lélío Gama, 105 37º andar Centro Rio de Janeiro
Endereço Residencial: SQN 314 Bloco F AP 601 Asa Norte Brasília DF 70767-060
Telefone Comercial: 21-3808-6493
Telefone Residencial: 61-3222-5133
Telefone Celular: 61-9964-4961
E-mail: sag61@uol.com.br



Nome: Sergio Bezerra Pinheiro
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Casado
CPF: 369.087.974-49
Identidade: 597496

Endereço Comercial: Av. Antonio Basilio, 3006 sala 411 Lagoa Nova, Natal RN 59056-005
Endereço Residencial: Rua Aurino Vila 100 Casa 48 Padre Monte 59148-590
Telefone Comercial: 84-3211-4929
Telefone Residencial: 84-3643-5857
Telefone Celular: 84-9927-6711
E-mail: sergiopinheiroambiente@gmail.com

Nome: Silvio Leifert
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro Civil
Estado Civil: casado
CPF: 011.772.948-50
Identidade: 5761049

Endereço Comercial: Rua Graham Bell, 647 Alto da Boa Vista São Paulo
Endereço Residencial: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 322/111 Itaim Bibi São Paulo SP 045300-000
Telefone Comercial: 11-3388-8225
Telefone Residencial: 11-3168-7108
Telefone Celular: 11-8665-5010
E-mail: sleifert@sabesp.com.br

Nome: Suzana Maria de Conto
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileira
Profissão: Engenheira
Estado Civil: Divorciada
CPF: 344682690-49
Identidade: 8009382626

Endereço Comercial: Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 Caxias do Sul RS 95070-560
Endereço Residencial: Rua Flores da Cunha, 1775/22 Caxias do Sul RS 95020-320
Telefone Comercial: 54-3537-9930
Telefone Residencial: 54-543218-2626
Telefone Celular: 54-9979-9933
E-mail: smcmande@ucs.br



Nome: Valdir Folgosi
Cargo: Conselho Diretor
Nacionalidade: Brasileiro
Profissão: Engenheiro
Estado Civil: Casado
CPF: 597.870.238-15
Identidade: 5682440-3

Endereço Comercial: Rua Alexandre Dumas, 2200 2º andar Chácara Santo Antonio SP
Endereço Residencial: Rua Vito Rolim de Freitas Vila Elvira SP
Telefone Comercial: 11-3556-1100
Telefone Residencial: 11-5524-5415
Telefone Celular: 11-99153-7215
E-mail: Valdir_folgosi@centroprojekt-brasil.com.br

BNDES

193

Rubrica

07 2409
01 11 01

BND
94
Rubrica

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Av. Presidente Wilson, nº 164 sobreloja 103
CERTIFICADO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABaixo.

1244

201211091541296
UX055021

16/11/2012
Emol: 158,55 Adic: 27,71

0 Oficial

Almir E. da Silva
Oficial de Registro

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA - RJ

CERTIDÃO
GSJ

UX055021



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança as firmas de: ANGELA SOTERO BACELAR e
CASSILDA TEIXEIRA DE CARVALHO (Cod: 0883C2B6B300)
Rio de Janeiro, 07 de novembro de 2012. Conf. por
Em testemunho da verdade. Seruência
Total

Rosângela Maria Ferreira - Aut.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMAS
POR SEMELHANÇA
RJ
SLE54585
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMAS
POR SEMELHANÇA
RJ
L10
SLE54584

OFÍCIO DE NOTAS
M. 20121116154402
Escritório

CARTÓRIO DO 17º
Rosângela Maria
Ferreira



REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA - ABES

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 1º - Para o cumprimento do conjunto de diretrizes e princípios previstos no Estatuto Social da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES, ficam estabelecidas as regras de organização e funcionamento consignadas neste Regimento Interno, aplicáveis ao conjunto de associados.

Parágrafo único - a finalidade do Regimento Interno é trazer regras de procedimento que viabilizem a execução das diretrizes do Estatuto Social da ABES. Por tal razão, não serão reproduzidas no Regimento Interno questões já detalhadas no Estatuto Social.

Art. 2º - Para o cumprimento das suas finalidades a ABES se organiza através de uma Direção Nacional e de Seções Estaduais. Cada Estado, além do Distrito Federal, contará com uma Seção Estadual com o número mínimo de 15 (quinze) associados, sendo facultada a criação de Núcleos com qualquer número de associados, a critério da Diretoria Nacional.

Art. 3º - A ABES apresenta os seguintes órgãos de deliberação, fiscalização e administração na sua organização em nível nacional:

I. Órgãos de Deliberação:

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho Diretor.

II. Órgão de Fiscalização:

- a) Conselho Fiscal

III. Órgão de Administração:

- a) Diretoria Nacional.

Parágrafo único - A composição e as atribuições de cada um dos Órgãos de Deliberação, de Fiscalização e de Administração estão estabelecidas no Estatuto Social da ABES.

Art. 4º - As Seções Estaduais têm as suas competências previstas no Estatuto Social da ABES, e serão criadas por deliberação do Conselho Diretor da ABES, mediante proposta encaminhada pela Diretoria Nacional da entidade.

Art. 5º - As Seções Estaduais apresentam os seguintes órgãos de deliberação, fiscalização e administração:

I. Órgão de Deliberação:

- a) Assembléia Estadual.

II. Órgão Consultivo:

- a) Conselho Consultivo.

III. Órgão de Fiscalização:

- a) Conselho Fiscal Estadual.

IV. Órgãos de Administração:

- a) Diretoria da Seção;
- b) Diretoria(s) da(s) Subseção(ões).



Parágrafo único - a composição e as atribuições de cada um dos Órgãos de Deliberação, de Fiscalização, de Administração e de Consulta estão estabelecidas no Estatuto Social da ABES.

Art. 6º - Na forma do artigo 45, §2º, do Estatuto Social da ABES, além das atribuições já estabelecidas pelo referido documento normativo, compete ao 2º Tesoureiro, e na ausência deste ao 1º Secretário, substituir o 1º Tesoureiro para o exercício de todas as suas atribuições contidas no Estatuto Social da ABES.

Art. 7º - Os mandatos dos membros eleitos para os cargos de Deliberação, Fiscalização, Administração e Consultivos da ABES e das Seções Estaduais será de 2 (dois) anos, sendo vedada a acumulação de funções.

Parágrafo primeiro - em exceção a regra de não acumulação de funções estipuladas no *caput*, fica autorizada a concomitância de atribuições nos seguintes casos:

I - os membros da Diretoria Nacional (Presidente Nacional e Secretário Geral) e os Presidentes das Seções Estaduais, quando na qualidade de integrantes do Conselho Diretor;

II - os membros da Diretoria da Seção Estadual, quando na qualidade de integrantes do Conselho Consultivo;

III - os integrantes das Assembleias Gerais e das Assembleias Estaduais e;

IV - os membros natos do Conselho Diretor.

mt

Parágrafo segundo - não haverá remuneração pela ocupação dos cargos citados no **caput** deste artigo.

DOS ASSOCIADOS

Art. 8º - Poderão integrar o quadro social da ABES, as pessoas físicas e jurídicas interessadas nas atividades relacionadas com a Engenharia Sanitária e Ambiental, independentemente da sua formação acadêmica ou do seu ramo de atuação.

Parágrafo primeiro - os associados da ABES constituem as seguintes categorias:

I. Pessoas físicas:

- a) Efetivos individuais;
- b) Filiados;
- c) Estudantes;
- d) Correspondentes Individuais;

II. Pessoas jurídicas:

- a) Efetivos Coletivos;
- b) Correspondentes Coletivos.

Parágrafo segundo - a ABES é livre para aprovar ou recusar a admissão de Associados. Uma vez admitido, o Associado somente poderá ser desligado da ABES nos termos do Estatuto Social da entidade.

Parágrafo terceiro – Os associados que deixarem de pagar as anuidades dentro dos prazos estabelecidos para cota única ou quaisquer das parcelas será desligado do Quadro Social. Caso optem por voltar a se associar, deverão decidir no momento da volta, se desejam pagar as anuidades em atraso, mantendo a matrícula original e preservando os benefícios, ou assumir uma nova matrícula, perdendo os direitos adquiridos. Após a emissão de uma nova matrícula, não será mais permitida a volta do associado com a matrícula original. A forma de pagamento das anuidades em atraso será decidida pela Diretoria Nacional.

Parágrafo quarto – os direitos e obrigações dos Associados estão estabelecidos no Estatuto Social da ABES.

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 9º – O processo eleitoral para o preenchimento dos cargos previstos no Estatuto Social da ABES e citados nos artigos 4º e 5º deste Regimento Interno, será regido pelo Estatuto Social da entidade.

Parágrafo Único - Passados 2 meses da posse, o presidente eleito deverá apresentar o Planejamento Estratégico para o biênio que irá vigorar. Deverão ser apresentadas metas para o novo biênio de gestão

DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Art. 10º - Na hipótese de descumprimento das obrigações sociais e financeiras definidas no Estatuto Social da ABES, por decisão do Conselho Diretor, provocado pela Diretoria Nacional, serão iniciados procedimentos disciplinares

com o objetivo de apurar o fato determinado e aplicar a sanção adequada, que será determinada pela Diretoria Nacional.

Art. 11º - Os procedimentos disciplinares serão conduzidos por Comissão criada especificadamente para apurar o ato que, em tese, viola o Estatuto Social, o Regimento Interno ou o Código de Ética da ABES.

Parágrafo primeiro - a Comissão será composta por 03 (três) membros necessariamente Associados: um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário. Todos serão nomeados pela Diretoria Nacional.

Parágrafo segundo - o trabalho da Comissão consiste na apuração dos fatos, analisando documentos e ouvindo testemunhas, sendo encerrado com a apresentação do Relatório Final contendo a sugestão de penalidade, de arquivamento ou de absolvição, que será dirigido à Diretoria Nacional, a quem compete a decisão final sobre a questão.

Parágrafo terceiro - da decisão da Diretoria Nacional caberá recurso ao Conselho Diretor da ABES.

Art. 12º - Após a abertura de procedimento disciplinar, deverá ocorrer comunicação escrita ao Associado envolvido, onde conste a infração que lhe é atribuída, o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa.

DOS EVENTOS

Art. 13º - A Diretoria Nacional pode, a seu critério, conceder uma isenção de inscrição à Seção Estadual que sedia o evento, quando se tratarem de eventos de cunho nacional.



Parágrafo primeiro – o pedido de isenção deve ser encaminhado para a Diretoria Nacional com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias em relação a reunião na qual o tema será tratado.

Parágrafo segundo – a Seção Estadual pode, a seu critério, conceder uma isenção de inscrição em eventos no âmbito estadual.

Parágrafo terceiro - Os valores de inscrição para os estudantes sócios da ABES, em Congressos coordenados pela Diretoria Nacional deverão ser de no máximo 50% (cinquenta por cento) do valor de inscrição para profissional sócio.

Parágrafo quarto - O Presidente da Seção Estadual, em conjunto com o Primeiro Tesoureiro, quando da realização de eventos de âmbito regional; poderão firmar convênios, contratos e termos aditivos junto à patrocinadores, responsabilizando-se pela gestão, recebimento e pagamento de fornecedores, incluindo a prestação de contas. A Diretoria Nacional deverá ser informada previamente sobre tais situações.

Art. 14º – As solicitações de patrocínio feitas pelas Câmaras Temáticas e Comitês, para eventos de âmbito nacional ou regional, deverão ser informadas à Diretoria Nacional da ABES.

Parágrafo primeiro – A Diretoria Nacional deverá ser informada por meio de cópia da solicitação por escrito (email ou carta).

Luiz *f*

Parágrafo segundo – Para solicitações de patrocínios à órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou ainda empresas privadas que solicitam prestação de contas ou relatório de contra partida, a Diretoria Nacional deverá anuir a solicitação.

Parágrafo terceiro – Após a concessão do patrocínio, as solicitantes deverão informar a ABES Nacional o valor efetivamente concedido e a contrapartida.

Art. 15º – Deverão ser encaminhadas à ABES Nacional a prestação de contas (cópia), bem como o parecer final patrocinador acerca da utilização dos recursos do patrocínio, no prazo de até 60 dias após a realização do evento.

Art. 16º – Para formalizar convênios em nível federal, as seções estaduais deverão solicitar a anuência da ABES Nacional, que submeterá para aprovação “*ad referendum*” do Conselho Diretor.

Os valores de inscrição para os estudantes sócios da ABES, em Congressos coordenados pela ABES-DN (Congresso Brasileiro, SILUBESA, SIBESA), deverão ser de no máximo 50% do valor de inscrição para profissional sócio

DO FUNDO DE FORTALECIMENTO

Art. 17º – A Diretoria Nacional será responsável pela administração do Fundo de Fortalecimento as Seções Estaduais. Após o fechamento das contas do Congresso, caso o resultado exceda o equivalente à 1000 (mil) inscrições – preço praticado para associados, primeiro vencimento, serão destinados 15% (quinze por cento) para compor o Fundo.

Art. 18º – A aplicação de recursos do Fundo de Fortalecimento para as Seções Estaduais que comprovadamente não tenham recursos, será direcionada prioritariamente aos eventos de capacitação técnica, a critério da Diretoria Nacional.

Parágrafo Primeiro – Os recursos do Fundo serão aplicados da seguinte forma: 70% (setenta por cento) do valor destinados ao fortalecimento das seções e 30% (trinta por cento) para utilização através de edital, a ser elaborado pela Diretoria Nacional.

Parágrafo Segundo– Para acesso aos recursos, a Seção deverá apresentar justificativa, orçamento do evento e plano para seu fortalecimento.

Parágrafo Terceiro – Os recursos provenientes de eventos promovidos pelas Câmaras Temáticas serão divididos igualmente (50%) entre a Câmara e a Seção que sedia o evento. Os recursos que cabem às Câmaras ficarão sob a guarda na Sede Nacional, e poderão ser utilizados por solicitação do Coordenador Geral e Coordenador Adjunto.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19º – Os Representantes e os Coordenadores das Câmaras Temáticas da ABES nos diversos fóruns encaminharão o resumo do que foi discutido em tais espaços, ao término do evento, com a finalidade de possibilitar a divulgação no site oficial da ABES.


Art. 20º – A ABES Nacional realizará o encontro de contas com as Seções Estaduais até o dia 15 de cada mês.

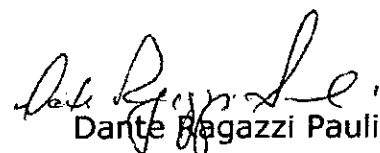
Art. 21º – As reuniões previstas no Estatuto Social da Entidade, artigos 19 e 24, poderão ser realizadas em caráter presencial ou por teleconferência

Parágrafo Único – Deverão ser presenciais, no mínimo duas reuniões da diretoria nacional e uma reunião do conselho por ano.

Art. 22º - Os casos omissos, controversos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento, serão solucionados por deliberação da Diretoria Nacional.

Rio de Janeiro, 09 de maio de 2014.


Maria Isabel Pulcherio Guimarães
Diretora Executiva


Dante Bagazzi Pauli
Presidente Nacional



**ATA DA ELEIÇÃO PARA A DIRETORIA DA ABES SEÇÃO DF, REALIZADA DE 16 A 14 DE JUNHO DE 2013
E DA POSSE DA DIRETORIA E CONSELHOS PARA O BIÊNIO 2013-2015**

DATA : 10 de julho de 2013 (4ª feira)
LOCAL : Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA
SEPN 508 - Bloco A
CEP: 70.740-541 - Brasília/DF

BNDES
200
Rubrica

Em atendimento às disposições estatutárias, realizou-se a eleição para a renovação dos cargos da Diretoria da Seção, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal Estadual, para o mandato correspondente ao período 2013/2015. Em atendimento ao Edital de Convocação das Eleições, inscreveram-se candidatos reunidos em uma chapa denominada "NOSSA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL". A votação em meio digital se deu nos dias 10 a 14 de junho de 2013 e a chapa "NOSSA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL" foi eleita por maioria. Com base no disposto no Título V - Das Eleições, artigos 61 a 71 do Estatuto, a Chapa "NOSSA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL", cujos membros candidatos à Diretoria foram eleitos, é composta pelos seguintes associados, todos eles Membros Efetivos em dia com as suas obrigações estatutárias:

1. Diretoria da Seção DF

Marcos Helano Fernandes Montenegro - **Presidente**; João Marcos Paes de Almeida - **Vice-Presidente**; Juliane Berber - **Diretora**; Marcio da Rosa Magalhães Bessa - **Diretor**; Nadja Limeira Araújo - **Diretora**; Heliana Kátia Tavares Campos - **Diretora**; Lucely de Oliveira Gonçalves - **1ª Secretária**; Maria Leonor Baptista Esteves - **2ª Secretária**; Ernani Ciríaco de Miranda - **1º Tesoureiro** e Carlo Renan Cáceres de Brites - **2º Tesoureiro**.

2. Conselho Consultivo

Maria Geraldina Salgado; Marco Antonio Almeida de Souza; Dalma Maria Caixeta; Jucélia Cabral Mendonça; Lucijane Monteiro de Abreu; Raquel de Carvalho Brostel, Sérgio Luis da Silva Cotrim.


3. Conselho Fiscal Estadual


Efetivos - Eneida Campos Felipe de Brites; Manoel Maria Henrique Nava Junior; Marco Antonio Borzino.

Suplentes - Mauro Roberto Felizatto; Sergio Paiva Sampaio.

Assim sendo, a Diretoria eleita passa, a partir de sua posse em 10 de julho de 2013, em Brasília - DF, a dirigir a Associação no Distrito Federal. Nada mais havendo a relatar, eu **Marcos Helano Fernandes Montenegro**, lavrei a presente ata que depois de lida e achada conforme, vai assinada por mim e pela 1ª Secretária da Seção DF.

Brasília, 10 de julho de 2013


Marcos Helano Fernandes Montenegro
Presidente


Lucely de Oliveira Gonçalves
1ª Secretária

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo, 55 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9808
Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução fiel do original que foi apresentado. Cod: X00000000140
Rio de Janeiro, 04 de Junho de 2014.
Rosângela Maria Ferreira - Aut.
EAB-92727 UKI Consulte em <https://www3.tirj.jus.br/sitepub/NOTAS>

CARTÓRIO DO 17º
Rosângela Maria
Ferreira
Escritor
36% 134 UNID DE NOTAS
Total



QUALIFICAÇÃO DOS ELEITOS PARA A ABES SEÇÃO DF
Biênio 2013/2015

BNDIS
401
Rubrica

DIRETORIA DA SEÇÃO

Nome: Marcos Helano Fernandes Montenegro

Cargo: Presidente

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Divorciado

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 660.872.368-72

Identidade: 10.602.542 – SSP/SP

Endereço Residencial: SQS 108, Bloco E, apto.604 . CEP 70347-050 – Brasília/DF

Nome: João Marcos Paes de Almeida

Cargo: Vice-Presidente

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 055.429.101-06

Identidade: 383.883 – SSP/DF

Endereço Residencial: SHIN QL 11, conj. 04, casa 18, Lago Norte. CEP 71515-745 - Brasília/DF

Nome: Juliane dos Santos Berber

Cargo: Diretora

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Solteira

Profissão: Arquiteta e Urbanista

CPF: 610.257.201-72

Identidade: 980.321 – SSP/DF

Endereço Residencial: SAAN quadra 02, número 235, Zona Industrial . CEP 70632-200 - Brasília/DF

Nome: Marcio da Rosa Magalhães Bessa

Cargo: Diretor

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 819.854.107-10

Identidade: 047668926 – IFP/RJ

Endereço Residencial: SQN 316, bloco J, apto 412– Asa Norte. CEP 70755-100 – Brasília/DF

[illegible]



Nome: Nadja Limeira Araújo

Cargo: Diretora

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Divorciada

Profissão: Engenheira Civil

CPF: 043.966.692-91

Identidade: 04444991-6 IFP/RJ

Endereço Residencial: Rua Copaíba Lote 12, Edifício Residencial Imprensa III, bloco B, apto 507- Águas Claras /DF



BNDES

202

Rubrica

Nome: Heliana Kátia Tavares Campos

Cargo: Diretora

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Divorciada

Profissão: Engenheira Civil e Sanitarista

CPF: 232.529.956-20

Identidade: M 417.159

Endereço Residencial: SQS 108, bloco E, apto 604. CEP 70347-050 – Brasília/DF

Nome: Lucely de Oliveira Gonçalves

Cargo: 1ª Secretária

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casada

Profissão: Biólogo e Farmacêutica

CPF: 070.307.542-04

Identidade: 16592 – SSP/RR

Endereço Residencial: SQN 314 bloco F Apto. 601 – Asa Norte. Brasília/DF

Nome: Maria Leonor Baptista Esteves

Cargo: 2ª Secretária

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Solteira

Profissão: Engenheira Civil e Sanitarista

CPF: 626.954.956-68

Identidade: M-1669.590 – SSP/MG

Endereço Residencial: Cond. Sport Club, Torre IV. Guará II / DF

Nome: Emani Ciriaco de Miranda

Cargo: 1º Tesoureiro

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 369.836.836-68

Identidade: M – 1.273.476 – SSP/MG

Endereço Residencial: SQS 107, bloco E, apto 604. CEP 70346-050 – Brasília/DF

[illegible]



Nome: Carlo Renan Cáceres de Brites

Cargo: 2º Tesoureiro

Nacionalidade: Brasileiro

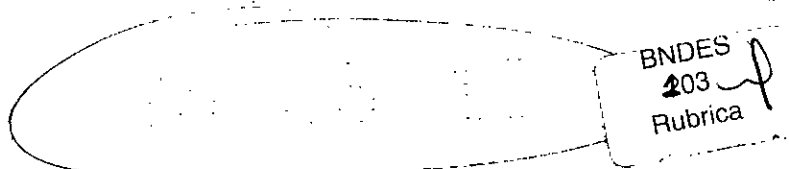
Estado Civil: Casado

Profissão: Engenheiro Ambiental

CPF: 960858601-10

Identidade: 1076723 SSP/MS

Endereço Residencial: Condomínio Entrelagos, 3C18 - Região dos Lagos. CEP 73255-901 Brasília/DF



CONSELHO CONSULTIVO

Nome: Maria Geraldina Salgado

Cargo: Conselheira

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Divorciada

Profissão: Engenheira Civil

CPF: 155.917.006-91

Identidade: 342906422 - SSP/SP

Endereço Residencial: SQN 303 bloco F, apto 303 - Asa Norte. CEP 70735-060 Brasília/DF

Nome: Marco Antonio Almeida de Souza

Cargo: Conselheiro

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado

Profissão: Engenheiro Químico

CPF: 542.696.958-20

Identidade: 548.467 - SSP/DF

Endereço Residencial: SHIN QI 8, Conjunto 9, Casa 2 - Lago Norte. CEP 71520-290 Brasília/DF

Nome: Dalma Maria Caixeta

Cargo: Conselheira

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casada

Profissão: Engenheira Civil

CPF: 477.337.726-72

Identidade: M-2293442 - SSP/MG

Endereço Residencial: SQS 308, bloco G, apto 502 - Asa Sul. CEP 70355-070 Brasília/DF

Nome: Jucélia Cabral Mendonça

Cargo: Conselheira

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Solteira

Profissão: Engenheira Civil

CPF: 808.766.841-34

Identidade: 064.877 - SSP/TO

Endereço Residencial: CSB 07, lotes 06/07, Edifício Bella Città, apto 507 - Taquatinga/DF

ABES/DF

SEPN 506, bloco D, sala 124, Ed. Sagitarius/Asa Norte
CEP: 70740-504 Brasília - Distrito Federal

Tel.: (61) 78147922

E-mail: abes-df@abes-dn.org.br

[illegible]



Nome: Lucijane Monteiro de Abreu

Cargo: Conselheira

Nacionalidade: Brasileira

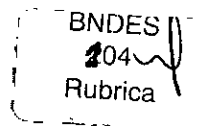
Estado Civil: Casada

Profissão: Engenheira Civil

CPF: 298.682.546-04

Identidade: M-705.790

Endereço Residencial: Cond. Solar Brasília, Q3, conj.14, casa 24– Lago Sul. CEP 71680349 Brasília/DF



Nome: Raquel de Carvalho Brostel

Cargo: Conselheira

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Solteira

Profissão: Engenheira Civil

CPF: 482.847.426-91

Identidade: 2.262.617 – SSP/MG

Endereço Residencial: SHIS, QI-27, conj. 4, Casa 7 - Lago Sul. CEP 71675-140 Brasília/DF

Nome: Sérgio Luis da Silva Cotrim

Cargo: Conselheiro

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 579.225.780-91

Identidade: 2035183793 - SSP/RS

Endereço Residencial: SGAN 914, mod. A, bloco C, apto 203. CEP 70790-140 Brasília/DF

CONSELHO FISCAL ESTADUAL

EFETIVOS

Nome: Eneida Campos Felipe de Brites

Cargo: Conselheira

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casada

Profissão: Engenheira Sanitarista e Ambiental

CPF: 992.704.711-87

Identidade: 2932848 SSP/DF

Endereço Residencial: Condomínio Entrelagos, 3C18. Região dos Lagos. CEP 73255-901 Brasília/DF.

Nome: Manoel Maria Henrique Nava Junior

Cargo: Conselheiro

Nacionalidade: Brasileiro

Estado Civil: Casado

Profissão: Engenheiro Civil

CPF: 090956753-00

Identidade: 542.632-SSP/CE

Endereço Residencial: Quadra 104, lote 5, apto 302 – Águas Claras - Brasília/DF

[illegible]

BNDES
405
Rubrica

00 0000

01 00 00

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Comarca da Capital do Rio de Janeiro

Rua México, nº 148 - 3º andar

CERTIFICADO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO.

Marr. 1244

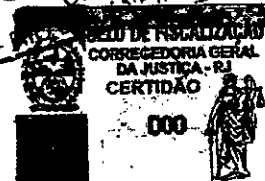
201308261023280

28/08/2013

U2M81558

Emot: 89.15 Adjic: 21.31

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
RODOLFO PINHEIRO DE MORAES
Oficial
- PINHEIRO -



U2M81558



O Oficial



DECLARAÇÃO

A ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.945.015/0001-81, domiciliada à (ao) Avenida Beira Mar, 216, Centro/RJ – Cep: 20.021-060, neste ato representada por seus representantes legais, declara ao BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES que:

- não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, ressalvado os maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

- *cumpriu os procedimentos exigidos na(s) prestação(ões) de contas de patrocínio(s) anterior(es) obtidos junto aos órgãos e às entidades da Administração Pública;*

- não possui administrador, associado ou congênere, com poder de direção, que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de detentor de cargo em comissão ou função de confiança lotado na área do BNDES responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior;

- não possui restrição de qualquer natureza para contratar com a Administração Pública.

Declara, ainda, que, no caso de patrocínio que não receba incentivo no âmbito da Lei nº 8.313, de 23.12.1991 (Lei Rouanet), está ciente de que serão previstas no contrato que vier a ser celebrado com o BNDES as seguintes obrigações específicas:

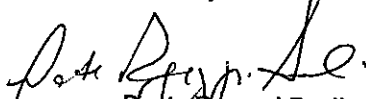
- não utilizar os recursos advindos do patrocínio do BNDES para custear as mesmas parcelas de atividades, materiais, etapas ou qualquer outra despesa do Projeto Patrocinado que serão ou que já tenham sido custeadas com eventuais recursos advindos de outras fontes, públicas ou privadas, a qualquer título, em especial repasses oriundos da União Federal;

- garantir que a soma dos valores captados a qualquer título, de fontes públicas ou privadas, incluindo o patrocínio do BNDES, destinados à realização do Projeto Patrocinado, não excederá o orçamento global efetivamente executado, sob pena de restituição ao BNDES, na proporção dos recursos pagos pelo BNDES em relação ao valor total de recursos captados, dos valores equivalentes à diferença entre o valor total de recursos captados e o valor do orçamento global efetivamente executado do Projeto Patrocinado;


apresentar ao BNDES, quando não for o caso da restituição de recursos acima prevista, declaração atestando a inoccorrência dessa situação e a consequente inexistência de recursos a serem restituídos ao BNDES.

Os representantes legais da declarante informam que estão cientes de que a falsidade do conteúdo das declarações ora prestadas acarretará a instauração de procedimento administrativo punitivo em face da declarante e de seus representantes com a aplicação das sanções contratuais cabíveis, bem como a rescisão unilateral do contrato que vier a ser celebrado com o BNDES, além de sujeitar os responsáveis às demais sanções civil, administrativa e penal cabíveis.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014


Dante Ragazzi Pauli
Presidente ABES Nacional

CARTÓRIO 17º OFÍCIO
DE NOTAS - RJ


Maria Isabel Pulcherio Guimarães
Diretora Executiva ABES Nacional

ABES - Direção Nacional
Avenida Beira Mar, 216 / 13º andar - Castelo
20.021-060 - Rio de Janeiro - RJ
CNPJ: 33.945.015/0001-81
Inscrição Municipal: 01.385.194

Tel.: (21) 2277-3900
Fax.: (21) 2262-6838
E-mail: abes@abes-dn.org.br

CARTÓRIO 17º OFÍCIO
DE NOTAS - RJ

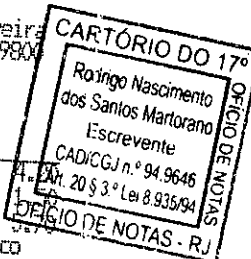
17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de: DANTE RAGAZZI PAULI
Cod: X000000F2411
Rio de Janeiro, 29 de julho de 2014. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.

Serventia : 4. Escrivente
36% TJ+FUNDOS : CADICGJ n.º 94.9646
Rodrigo Nasc. dos Santos Martorano - Aut Total : Ar. 20 § 3.º Lei 8.935/94
EAJI-03938 SET Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de: MARIA ISABEL PULCHERIO
GUIMARAES
Cod: X000000F2491
Rio de Janeiro, 29 de julho de 2014. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.

Serventia : 4. Escrivente
36% TJ+FUNDOS : CADICGJ n.º 94.9646
Rodrigo Nasc. dos Santos Martorano - Aut Total : Ar. 20 § 3.º Lei 8.935/94
EAKH-95788 PTU Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



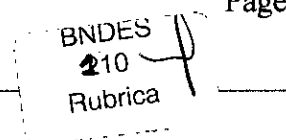
CADASTRO DE EMPREGADORES – PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 02 DE 12 DE MAIO DE 2011
ATUALIZAÇÃO SEMESTRAL EM 1 DE JULHO DE 2014

Atualização extraordinária ocorrida na data de 18/07/2014 em razão da exclusão do nome das empregadoras <u>API SPE 24- Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários</u> , CNPJ n.º 08.861.282/0001-23; <u>Construtora Tenda S/A</u> , CNPJ n.º 71.476.527/0037-46 e <u>Tenda Negócios Imobiliários S/A</u> , CNPJ n.º 09.625.762/0004-09.							
	UF	EMPREGADOR	CNPJ/CPF/CEI	ESTABELECIMENTO	OPER./ANO	CNAE	MÊS/ANO DE INCLUSÃO NO CADASTRO
1	MA	A B de Carvalho	07.048.374/0001-26	Fazenda Nativa III - Povoado Centro do Flor, zona rural, Santa Luzia/MA	028/2010	0151-2/01	jul/12
2	MT	A G Construtora Ltda. ME	08.715.574/0001-58	Fazenda Toledo - zona rural, Tapurah/MT	115/2008	4521-7	dez/10
3	MA	A.R.O.B. Serviço e Construção Ltda	03.045.121/0001-48	Limpeza das faixas abaixo de linhas de transmissão de energia elétrica - zona rural, Montes Altos/MA	168/2011	8299-7/99	jul/14
4	PA	Abdon Lustosa Neto	191.608.011-15	Fazenda Sossego - Vicinal Tuerê, Novo Repartimento/PA	058/2003	0141-4	dez/04
5	PA	Abel Cordeiro da Silva Filho	560.938.299-87	Fazenda Nova Canaã - Estrada da Mineração, margem esquerda, km 28, com acesso pela Rod. BR 010, distante 40 km do trevo de Paragominas/PA	009/2007	0213-5	jun/13
6	MA	Adailto Dantas de Cerqueira	091.906.195-87	Fazenda São Jorge - BR 222, km 109, Povoado São Miguel, zona rural, Santa Luzia/MA	024/2001	0141-4	jul/09
7	MA	Adailto Dantas de Cerqueira	091.906.195-87	Fazenda Saramandaia - Rod. BR 222, km 513, Povoado de Santo Onofre, zona rural, Santa Luzia/MA	132/2010	1610-2/01	jun/13
8	RO	Adalton Perez Varéa	221.446.682-72	Fazenda São Francisco - linha C 60, gleba Burareiro, Ariquemes/RO	062/2010	0151-2/01	jul/12
9	SC	Adão de Góes	592.275.599-49	Rod. SC 428, zona rural, Imbuia/SC	149/2009	0161-0/03	dez/10
10	PI	Adão Ferreira Sobrinho	039.022.931-87	Fazenda Ipê - Chapada das Mangabeiras, zona rural, Barreiras do Piauí/PI	004/2012	0115-6/00	jun/13
11	PA	Adelino Gomes de Freitas	026.336.631-68	Fazenda Campelobo - Lote 48 da Suçupara Agropastoril Ltda, zona rural, Santana do Araguaia/PA	006/2005	0141-4	jul/08
12	PA	Adelson Sousa de Oliveira	262.938.625-20	Fazenda Verena II - Novo Repartimento/PA	025/2007	0141-4	jun/13
13	AM	Ademar Almeida Freire	013.804.075-32	Fazenda Guaxuba - zona rural de Lábrea/AM	072/2004	0141-4	jul/07
14	SP	Ademir Andrade de Oliveira	705.704.936-68	Fazenda Ouro Verde - zona rural, Itirapuã/SP	099/2013	0134-2/00	jul/14
15	GO	Ademir Furuya	311.073.381-15	Fazenda Araponga - Rod. GO 164, km 313, mais 6 km à direita, zona rural, São Miguel do Araguaia/GO	071/2011	0220-9/02	dez/12
16	PA	Adenilson Rodrigues da Silva	469.607.241-04	Fazenda Santa Rosa do Pará - Cumaru do Norte/PA	001/2003	0141-4	dez/04

	UF	EMPREGADOR	CNPJ/CPF/CEI	ESTABELECIMENTO	OPER/ ANO	CNAE	MÊS/ANO DE INCLUSÃO NO CADASTRO
86	PI	Antônio Odalto Smith Rodrigues de Castro	142.195.493-15	Perímetro Irrigado do Gurguéia, Alvorada do Gurguéia/PI	021/1996	0112-0	dez/04
87	PA	Antônio Pereira Vieira	619.369.957-00	Fazenda Atalaia II - zona rural, Paragominas/PA	035/2008	0151-2/01	dez/13
88	MA	Antônio Raimundo de Alencar	205.635.403-97	Fazenda do Antônio Emídio - zona rural, Altamira/MA	107/2011	0151-2/01	jun/13
89	GO	Antônio Ramos Caiado Filho	068.614.581-04	Fazenda Lago Perdido - Rod. GO 336, 31 km de Nova Crixás, zona rural, Nova Crixás/GO	030/2013	0151-2/01	jul/14
90	SC	Antônio Roberto Garrett	13.627.789/0001-57	Área de extração erva mate - Localidade de Paula Pereira, nº 3647, Canoinhas/SC	066/2011	4623-1/08	dez/12
91	MA	Antônio Vieira Fortaleza	013.810.163-91	Fazenda Boa Esperança - zona rural de Bom Jardim/MA	069/2010	0151-2/01	jul/12
92	AM	Aparecido Albergoni	279.168.808-06	Fazenda Três Barras - Rod. BR 364, km 113, Seringal Santo Antônio, Lábrea/AM	115/2011	0151-2/01	dez/13
93	MT	Aparecido Barbosa da Silva	244.344.268-34	Fazenda Paraíso - Rio Manso, Distrito Marzagão, zona rural, Rosário do Oeste/MT	081/2009	0151-2/01	jun/13
94	GO	Argemiro Vicente Lopes Júnior	246.590.531-72	Fazenda Água Fria - Rod. GO 010, km 97, 5 km, à direita, zona rural, Vianópolis/GO	084/2012	0210-1/01	jun/13
95	PR	Ari Fogaça da Silva Sengés	07.918.470/0001-88	Fazenda Itapirapua - zona rural, Dr. Ulisses/PR	051/2009	0210-1	jul/11
96	TO	Arlson Alves da Silva	590.323.911-00	Fazenda Boa Esperança (Fazenda Santo Antônio), Arapoema/TO	027/2007	0119-8	dez/08
97	GO	Ariovaldo Vignoto Peres	388.805.809-06	Fazenda Paineiras - Rod. BR 050, lote 03, km 171, zona rural, Campo Alegre de Goiás/GO	064/2005	0121-0	jul/08
98	PA	Armando de Carvalho Osório	105.104.437-53	Fazenda Boa Esperança (Mundo Verde) - Rod. PA 256, km 70, Vicinal da Oriental, km 15, Tomé Açu/PA	036/2006	0141-4	jun/13
99	SC	Arruda Rodrigues Participações Ltda	06.957.512/0001-27	Fazenda Pelotinhas - Morrinhos/SC	025/2012	6810-2/01	jun/13
100	PA	ATS Serviços Ltda	01.646.204/0001-67	Fazenda Tuerê - Folha 10, Quadra 11, lote 25, Nova Marabá, Marabá/PA	026/2001	0141-4	nov/03
101	PA	Aurélio Anastácio de Oliveira	047.691.122-20	Fazenda Iraque - Rodovia PA, 150, km 60, zona rural, Eldorado dos Carajás/PA	007/2007	0141-4	jul/09
102	MT	Barra do Prata Agropecuária S/A	54.612.635/0004-11	Fazenda Lagoa do Guaporé - BR 174, km 208, zona rural, Pontes e Lacerda/MT	123/2008	0141-4	jun/13
103	AC	Bella Aliança Agropecuária Ltda	06.954.773/0001-93	Fazenda Bella Aliança - Rod. BR 364, km 64, zona rural, Bujari/AC	081/2007	0151-2/01	jul/14
104	BA	Belmiro Catelan	162.911.150-34	Fazenda Guarani - zona rural, São Desidério/BA	022/2010	0115-6/00	dez/13

Anexo II

Certidões de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista e da inexistência de registros impeditivos à contratação

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 33.945.015/0001-81	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/05/1973
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBIENTAL ABES			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV BEIRA MAR	NÚMERO 216	COMPLEMENTO 13 ANDAR E S/1103	
CEP 20.021-060	BAIRRO/DISTRITO CASTELO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/09/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

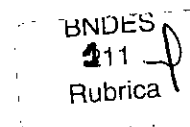
Emitido no dia **22/07/2014** às **11:02:15** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

[Perguntas frequentes](#) | [Contato](#) | [Glossário](#) | [Links](#) | [Manual de navegação](#)Acesso rápido: [Selecione...](#)**CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)**

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

[Saiba mais](#)

<

Consulta**CNPJ/CPF:**

33.945.015/0001-81

Nome, razão social ou nome fantasia:

Opcional

Tipo de sanção:

(Todas)

Quantidade de registros encontrados: 0**Data:** 22/07/2014 **Hora:** 10:57:41**Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:****CNPJ/CPF:** 33.945.015/0001-81[Clique aqui para baixar dados do portal](#)

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (22/07/2014 às 10:57) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 33.945.015/0001-81.

A inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade não significa a inexistência de condenações, uma vez que o cadastro está em fase de preenchimento.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: <http://www.cnj.jus.br> através do número de controle: 53CE.6DBC.7044.0436



Consultar Históricos Devedores

BNDES

113

Rubrica

Bem vindo

Consultar
Histórico Devedor

Sair

Filtros

CPF/CNPJ 33945015000181

Estado do Devedor Todos

Estado da Notificação Todos

Estado Atual Devedor Todos

Estado Atual Notificação Todos

Motivo Exclusão do Devedor Todos

Origem Evento Suspensivo Todos

Número da Origem

Período Estado Devedor

Período Estado Notificação

Período Estado Atual Devedor

Período Estado Atual Notificação

Resultados

Nenhum resultado foi identificado com os parâmetros informados!

Participação

Acesso à informação

BNDES
214
Rubrica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBIENTAL ABES**
CNPJ: **33.945.015/0001-81**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 18:50:51 do dia 16/07/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 12/01/2015.

Código de controle da certidão: **7049.74CF.A52C.15EF**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

BNDES

115

Rubrica

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E
ÀS DE TERCEIROS

Nº 198812014-88888015

Nome: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBIENTAL

ABES

CNPJ: 33.945.015/0001-81

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 15/07/2014.

Válida até 11/01/2015.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR



BNDES

216

Rubrica

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**Inscrição:** 33945015/0001-81**Razão Social:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBIENTAL ABES**Endereço:** AV BEIRA-MAR 216 13 ANDAR / CENTRO / RIO DE JANEIRO / RJ / 20021-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/07/2014 a 19/08/2014**Certificação Número:** 2014072103195174627632

Informação obtida em 22/07/2014, às 11:03:22.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

BNDES
117
Rubrica

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBIENTAL ABES
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 33.945.015/0001-81

Certidão nº: 53402723/2014

Expedição: 22/07/2014, às 10:58:43

Validade: 17/01/2015 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG SANITARIA E AMBIENTAL ABES (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 33.945.015/0001-81, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0132600-30.2006.5.01-0034 - TRT 01ª Região *

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

Total de processos: 1.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

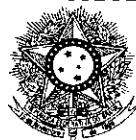
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

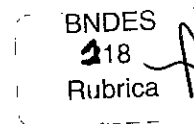
INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

suficientes.

[Perguntas frequentes](#) | [Contato](#) | [Glossário](#) | [Links](#) | [Ajuda de navegação](#)Acesso rápido **CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS)**

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) é um banco de informações mantido pela Controladoria-Geral da União que tem como objetivo consolidar a relação das empresas e pessoas físicas que sofreram sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. **Saiba mais**

Consulta

CNPJ/CPF:

Nome, razão social ou nome fantasia:

Tipo de sanção:

Quantidade de registros encontrados: 0

Data: 11/08/2014 Hora: 18:40:56

Não foram encontrados registros que atendam ao seguinte critério de busca:

CNPJ/CPF: 33.945.015/0001-81

[Clique aqui para baixar dados do portal](#)

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

* Designação do apenado, conforme informado pelo órgão sancionador (publicação no DOU; dados constantes de Ofício, etc.)

Controladoria-Geral
da União

FICHA DE RESUMO CONTRATUAL**Empresa**

33.945.015/0001-81

ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ENG

AV BEIRA MAR 216 ANDAR 13

CASTELO

20021-060 Rio de Janeiro RJ

BRAZIL

Tel:

Contrato Central**Contrato BNDES** : 0253/2014**Contrato SAP** : 4400000719**Data Assinatura** : 06.08.2014**Vigência** : 06.08.2014 até 05.02.2015**Gestor** : GABRIEL CANEDO QUEIROZ DA SILVA**Telefone** : 21 21726327**Fax** :**E-mail** : GCANEDO@BNDES.GOV.BR**Descrição Resumida do Contrato:**

Obs. Verificar valor real do contrato na Ficha financeira.

Patrocínio, pelo BNDES, à realização do 11º. Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, que ocorrerá de 6 a 8 de agosto de 2014, em Brasília (DF).

	CÓDIGO, DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	QTD	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
			(estimado)	(estimado)
1	3000129- APOIO A EVENTOS E PUBLIC. DE TERCEIROS Patrocínio, pelo BNDES, à realização do 11º. Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, que ocorrerá de 6 a 8 de agosto de 2014, em Bra Conta Razão/Centro de Custo: 3101800050 / BN20005000	30.000,000 SRV	1,00	30.000,00
			TOTAL:	R\$ 30.000,00

to OCS 4400000719

719

Nº do documento configurável 0253/2014

Tp.contrato Contrato OCS

inválido no país BR (várias possibilidades) - [Exibir ajuda](#)

Processar

Copiar

Verificar

Atualizar

Negociar

Enviar e-mail

Visualizar impress

beçalho

Itens

Notas e anexos

Condições

Autorização

Aprovação

IDES

Dados básicos

Condição

Valores limiares para taxa de câmbio

Notas e

00014560

GP/DEPOC/GPATRO

06.08.2014

04.08.2014

ZCTD0002

ZCTD0002 - Inexigibilidade de Licitação

Inexigibilidade 110/2014

ART. 25, "CAPUT"

INFORMAÇÕ

Env. terceiriza

Quantidade de

Risco de terce

Garantia conti

BRDES
420
Rubrica

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL – BNDES

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 110/2014

CONTRATADO: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
Ambiental – ABES

CONTRATANTE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e
Social – BNDES.

OBJETO: Patrocínio para a realização do projeto técnico, denominado
11º Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, que ocorrerá de 6 a 8 de
agosto de 2014, em Brasília (DF).

ESPÉCIE: contrato administrativo.

PREÇO: valor total de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

PRAZO: 06 (seis) meses, contados da data da assinatura do contrato.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA: 3141.11.05.00-0 – Apoio a Eventos e
Publicações de Terceiros.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, “caput”, da Lei nº 8.666, de
21.06.1993.

PRONUNCIAMENTO JURÍDICO: NOTA GP/DEJUR nº 127/2014,
de 30.07.2014, anexa à IP GP/DEPOC nº 127/14, emitida em
30.07.2014.

ATO DE RATIFICAÇÃO: do Chefe do Gabinete da Presidência do
BNDES, em 31.07.2014.
Rio de Janeiro, 01 de agosto de 2014.

BNDES

121

Rubrica